

DADOS GERAIS		
EDITAL DE LICITAÇÃO – UC-EDUCAÇÃO		
PREGÃO ELETRÔNICO – UC-EDUCAÇÃO		
I. REGÊNCIA LEGAL		
Lei Federal nº 14.133/2021, Lei Complementar Federal nº 123/2006, Decreto Municipal nº 004 de 08 de janeiro de 2024.		
II. ÓRGÃO INTERESSADO / SETOR(ES)		
PREFEITURA DE CARUARU / PROCESSO CORPORATIVO		
III. PROCESSO LICITATÓRIO	IV. MODALIDADE	
Nº 025/2025	PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.020/2025	
	SRP Nº 014/2025	
V. OBJETO		
Constitui objeto do presente Pregão Eletrônico registrar preços a serem atendidos na contratação de empresa(s) especializada(s) no fornecimento de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS NÃO PERECÍVEIS: CEREAIS, a fim de atender às necessidades do Fundo Municipal de Saúde/ Secretaria Municipal de Saúde – SMS, do Fundo Municipal de Assistência Social / Secretaria de Assistência Social e Combate à Fome – SAS e da Secretaria de Educação e Esportes – SEDUC, da Prefeitura Municipal de Caruaru (PMC), durante o período de 12 (doze) meses, conforme especificações, exigências e quantidades constantes do Termo de Referência, que segue em anexo a este Edital.		
VI. MODO DE DISPUTA		
A disputa dar-se-á pelo modo ABERTO e os lances deverão respeitar o INTERVALO MÍNIMO de 1,0% (UM POR CENTO).		
VII. TIPO / CRITÉRIO DE JULGAMENTO	VIII. PRAZOS DE VIGÊNCIA DO CONTRATO	
MENOR PREÇO (PREÇO TOTAL) POR ITEM	12 MESES, CONTADOS A PARTIR DA ASSINATURA	
X. INTEGRAM ESTE EDITAL OS SEGUINTE ANEXOS:		
ANEXOS	I	Termo de Referência;
	II	Modelo de Proposta de preços;
	III	Modelo de Declarações;
	IV	Minuta da Ata de Registro de Preços
	V	Minuta de Contrato.
XI. SOLICITAÇÃO/ACESSO AO EDITAL		
Na sala da Unidade de Contratação da Educação (UC-Educação), no endereço citado abaixo, no horário das 08h00min às 14h00min, ou por meio de solicitação através do e-mail: uceducacao.caruaru@gmail.com , na INTERNET, acessando o Portal da Transparência da PMC (https://caruaru.pe.gov.br/portal-da-transparencia/) ou ainda através da Plataforma de Compras do Governo Federal (https://www.gov.br/compras/pt-br).		
XII. DADOS PARA CONTATO		
Agente de Contratações/Pregoeira: Ilma Lizandra da Silva Oliveira Guimarães	E-mail: uceducacao.caruaru@gmail.com	
Endereço: Centro Administrativo I, localizado na Rua Professor Lourival Vilanova, nº 118 – Universitário, Caruaru/PE, CEP: 55.016-745.	Fone: (81) 9.8816-3913	

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 025/2025 – UC-EDUCAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.020/2025 – UC-EDUCAÇÃO
SRP Nº 014/2025

SUMÁRIO

ITEM	ASSUNTO
01.00	PREÂMBULO
02.00	OBJETO DA LICITAÇÃO
03.00	DO VALOR ORÇADO (MÁXIMO ADMITIDO)
04.00	DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
05.00	COMPONENTES DESTE EDITAL
06.00	REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME
07.00	DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO
08.00	DA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (LEI COMPLEMENTAR Nº 123, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006)
09.00	DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA NO SISTEMA ELETRÔNICO
10.00	DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
11.00	DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES
12.00	DA NEGOCIAÇÃO
13.00	DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA
14.00	DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO
15.00	DA AMOSTRA
16.00	DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA
17.00	DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO
18.00	DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS
19.00	A REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA
20.00	DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO
21.00	DO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
22.00	DO CONTRATO
23.00	DO REAJUSTE E REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO
24.00	DO PRAZO DE VIGÊNCIA E DE EXECUÇÃO
25.00	DA ACEITAÇÃO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO
26.00	DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA
27.00	DO LOCAL, PRAZO E CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO
28.00	DA SUBCONTRATAÇÃO
29.00	DO PAGAMENTO
30.00	SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
31.00	DAS HIPÓTESES DE EXTINÇÃO DO CONTRATO
32.00	DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

EDITAL
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.020/2025 – UC-EDUCAÇÃO
SRP Nº 014/2025

1. PREÂMBULO

1.1. O **MUNICÍPIO DE CARUARU/PE**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ nº 10.091.536/0001-13, com sede na Praça Senador Teotônio Vilela, s/n – Nossa Senhora das Dores, Caruaru/PE, por ordem de seu Exma. Sra. Secretária de Administração, através de sua **Agente de Contratação/Pregoeira** da UC-Educação, designado através da Portaria GP Nº 2481/2025, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e demais normas legais pertinentes, a fim de atender à solicitação do Fundo Municipal de Saúde/ Secretaria Municipal de Saúde – SMS, do Fundo Municipal de Assistência Social / Secretaria de Desenvolvimento Social e Direitos Humanos – SDSDH e da Secretaria de Educação e Esportes – SEDUC, da Prefeitura Municipal de Caruaru (PMC), torna público, para conhecimento dos interessados, que realizará a licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **MENOR PREÇO UNITÁRIO**, objetivando a contratação indicada no item 2 deste Edital, sendo realizada por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação (internet).

1.2. A licitação observará o local e horários a seguir:

LOCAIS, DATAS, HORÁRIOS E REFERÊNCIA DE TEMPO	
LOCAL DO PREGÃO	www.gov.br/compras/pt-br UASG:982381
DATA LIMITE PARA RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS	17/07/2025 às 09h (horário de Brasília - DF)
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS	17/07/2025 às 09h (horário de Brasília - DF)
REFERÊNCIA DE TEMPO	HORÁRIO DE BRASÍLIA

OBSERVAÇÃO:

- ESTA LICITAÇÃO PREVÊ RESERVA DE COTA PARA ME, EPP E MEI, CONFORME DETERMINA O ART. 48, INCISOS I E III DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006, REDAÇÃO DADA PELA LC Nº 147/2014.
- A ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL PODERÁ, A QUALQUER TEMPO E A SEU CRITÉRIO EXCLUSIVO, REALIZAR VISITA *IN LOCO*, INSPEÇÃO OU MEDIDA EQUIVALENTE PERANTE À(S) LICITANTE(S) E/OU CONTRATADA(S), VISANDO COMPROVAR AS INSTALAÇÕES FÍSICAS, MAQUINÁRIOS/EQUIPAMENTOS OU SITUAÇÃO CONCRETA DA(S) LICITANTE(S) E/OU CONTRATADA(S).

1.3. O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante Condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases.

1.4. Os trabalhos serão conduzidos por servidor, denominado **Agente de Contratação/Pregoeira**, habilitado e designado por Portaria, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos para a página eletrônica do **Portal de Compras do Governo Federal – COMPRAS.GOV** (www.gov.br/compras/pt-br).

1.5. Sessões já iniciadas poderão ser suspensas, cabendo ao **Agente de Contratação/Pregoeira** informar, através do Sistema, a data e horário para retomada do pregão com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas.

1.6. As sessões serão processadas em dias úteis, no período das 8 (oito) às 18 (dezoito) horas.

1.7. Todas as referências de tempo previstas neste Edital, no Aviso e durante a sessão pública observarão obrigatoriamente o horário oficial de Brasília – DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

2. OBJETO DA LICITAÇÃO

2.1. Constitui objeto do presente Pregão Eletrônico registrar preços a serem atendidos na contratação de empresa(s) especializada(s) no fornecimento de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS NÃO PERECÍVEIS: CEREAIS, a fim de atender às necessidades do Fundo Municipal de Saúde/ Secretaria Municipal de Saúde – SMS, do Fundo Municipal de Assistência Social / Secretaria de Assistência Social e Combate à Fome – SAS e da Secretaria de Educação e Esportes – SEDUC, da Prefeitura Municipal de Caruaru (PMC), durante o período de 12 (doze) meses, conforme especificações, exigências e quantidades constantes, que segue em anexo a este Edital.

2.2. As propostas deverão ser elaboradas considerando as descrições, quantitativos e valores máximos aceitáveis, observando-se o **MENOR PREÇO UNITÁRIO**, conforme disposto na tabela abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	LEI 123/2006
1	AÇAFRÃO - pó fino, homogêneo, coloração amarela intensa, cheiro e sabor característico do produto, sem adição de sal, embalagem primária de 500g, com identificação do produto, prazo de validade e quantidade do produto. Deverá ter validade mínima de 6 (seis) meses a contar da data da entrega. Apresentação caixa com 12 unidades.	caixa	52	R\$ 217,70	R\$ 11.320,40	Exclusivo para ME/EPP
2	ACHOCOLATADO EM PÓ INSTANTÂNEO – cacau em pó como segundo ingrediente da lista, enriquecido com vitaminas e minerais. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, informações nutricionais, número do lote, quantidade do produto e número de registro. Deverá apresentar validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega. Embalagem primária de 400g. Apresentação fardo ou caixa com 24 unidades.	fardo/caixa	200	R\$ 89,46	R\$ 17.892,00	Exclusivo para ME/EPP
3	AÇÚCAR CRISTAL - Branco de 1ª qualidade, não escurecido,	fardo	3810	R\$ 112,08	R\$ 427.024,80	Ampla Concorrência

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	LEI 123/2006
	acondicionado em embalagem primária plástica de 1 Kg (um quilo), com todas as informações de identificação e procedência, informações nutricionais, número de lote, data de fabricação e validade nos pacotes individuais. Validade de no mínimo 6 (seis) meses a partir da data de entrega. Apresentação fardo com 30 unidades.					
4	AÇÚCAR CRISTAL - Branco de 1ª qualidade, não escurecido, acondicionado em embalagem primária plástica de 1 Kg (um quilo), com todas as informações de identificação e procedência, informações nutricionais, número de lote, data de fabricação e validade nos pacotes individuais. Validade de no mínimo 6 (seis) meses a partir da data de entrega. Apresentação fardo com 30 unidades.	fardo	1270	R\$ 112,08	R\$ 142.341,60	Cota Reservada para ME/EPP
5	ADOÇANTE ARTIFICIAL - Adoçante dietético líquido a base de stévia, sem a presença de outros adoçantes; embalagens conservadas, contendo informações nutricionais, lote, data de fabricação e validade. Embalagem primária contendo 100 ml cada. Apresentação caixa com 12 unidades.	caixa	160	R\$ 49,27	R\$ 7.883,20	Exclusivo para ME/EPP
6	ALECRIM - Desidratado, acondicionado em embalagem de 10g, contendo no corpo da embalagem identificação do produto, marca do	caixa	40	R\$ 99,39	R\$ 3.975,60	Exclusivo para ME/EPP

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	LEI 123/2006
	fabricante, prazo de validade e informações nutricionais. Deverá apresentar validade mínima de 6 (seis) meses a contar da data da entrega. Apresentação caixa com 24 unidades.					
7	AMIDO DE MILHO - produto amiláceo, extraído do milho para preparo de mingau. Aspecto, cor branca, não escurecida, cheiro e sabor próprios, com umidade máxima de 14%. Isento de sujidades, materiais estranhos e parasitas. Na embalagem deverá conter identificação, lote, informações nutricionais, data de fabricação e validade. Validade de no mínimo 6 (seis) meses a partir da data de entrega. Embalagem primária de 500g. Apresentação caixa com 12 unidades.	caixa	3540	R\$ 58,60	R\$ 207.444,00	Ampla Concorrência
8	AMIDO DE MILHO - produto amiláceo, extraído do milho para preparo de mingau. Aspecto, cor branca, não escurecida, cheiro e sabor próprios, com umidade máxima de 14%. Isento de sujidades, materiais estranhos e parasitas. Na embalagem deverá conter identificação, lote, informações nutricionais, data de fabricação e validade. Validade de no mínimo 6 (seis) meses a partir da data de entrega. Embalagem primária de 500g. Apresentação caixa com 12 unidades.	caixa	1180	R\$ 58,60	R\$ 69.148,00	Cota Reservada para ME/EPP
9	ARROZ INTEGRAL – Tipo 1, longo, fino, constituídos de grãos inteiros,	fardo	227	R\$ 201,52	R\$ 45.745,04	Exclusivo para ME/EPP

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	LEI 123/2006
	subgrupo parboilizado integral, isento de sujidades e materiais estranhos. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote, quantidade do produto. Deverá apresentar validade mínima de 06 (seis) meses a partir da data de entrega. Embalagem primária de 1 kg. Apresentação fardo com 10 unidades.					
10	ARROZ PARBOLIZADO TIPO 1 – Tipo 1, longo, constituídos de grãos inteiros com teor de umidade máxima 15%, isento de sujidades e materiais estranhos. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote, quantidade do produto. Deverá apresentar validade mínima de 06 (seis) meses a partir da data de entrega. Embalagem primária de 1 kg. Apresentação fardo com 30 unidades.	fardo	4875	R\$ 142,10	R\$ 692.737,50	Ampla Concorrência
11	ARROZ PARBOLIZADO TIPO 1 – Tipo 1, longo, constituídos de grãos inteiros com teor de umidade máxima 15%, isento de sujidades e materiais estranhos. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote, quantidade do produto. Deverá	fardo	1625	R\$ 142,10	R\$ 230.912,50	Cota Reservada para ME/EPP

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	LEI 123/2006
	apresentar validade mínima de 06 (seis) meses a partir da data de entrega. Embalagem primária de 1 kg. Apresentação fardo com 30 unidades.					
12	BASE PARA PURÊ DE BATATAS- constituído de batatas, estabilizante, pirofosfatodissódico, emulsificante mono e diglicerídeos de ácido graxo, antioxidantes ácido cítrico, dióxido de enxofre e corante natural de cúrcuma. Embalagem primária de 1000g. Validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega. Apresentação caixa com 6 unidades.	caixa	450	R\$ 175,18	R\$ 78.831,00	Ampla Concorrência
13	BASE PARA PURÊ DE BATATAS- constituído de batatas, estabilizante, pirofosfatodissódico, emulsificante mono e diglicerídeos de ácido graxo, antioxidantes ácido cítrico, dióxido de enxofre e corante natural de cúrcuma. Embalagem primária de 1000g. Validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega. Apresentação caixa com 6 unidades.	caixa	150	R\$ 175,18	R\$ 26.277,00	Cota Reservada para ME/EPP
14	BISCOITO AMANTEIGADO SEM RECHEIO SABOR CHOCOLATE - Isento de sujidades, parasitas, larvas, terrosos, detritos animais e vegetais, composição básica de farinha de trigo, amido de milho, sal refinado, gordura vegetal, açúcar e outras substâncias permitidas; aspecto, cor,	caixa	1650	R\$ 56,80	R\$ 93.720,00	Ampla Concorrência

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	LEI 123/2006
	cheiro e sabor próprios, embalados em pacote plástico resistente, invólucro contendo mínimo 100g a 130g. A embalagem deve conter a validade de no mínimo 06 meses a 1 ano com os registros obrigatórios do ministério competente. caixa com 30 unidades.					
15	BISCOITO AMANTEIGADO SEM RECHEIO SABOR CHOCOLATE - Isento de sujidades, parasitas, larvas, terrosos, detritos animais e vegetais, composição básica de farinha de trigo, amido de milho, sal refinado, gordura vegetal, açúcar e outras substâncias permitidas; aspecto, cor, cheiro e sabor próprios, embalados em pacote plástico resistente, invólucro contendo mínimo 100g a 130g. A embalagem deve conter a validade de no mínimo 06 meses a 1 ano com os registros obrigatórios do ministério competente. caixa com 30 unidades.	caixa	550	R\$ 56,80	R\$ 31.240,00	Cota Reservada para ME/EPP
16	BISCOITO AMANTEIGADO SEM RECHEIO SABOR COCO - Isento de sujidades, parasitas, larvas, terrosos, detritos animais e vegetais, composição básica de farinha de trigo, amido de milho, sal refinado, gordura vegetal, açúcar e outras substâncias permitidas; aspecto, cor, cheiro e sabor próprios, embalados em pacote plástico resistente,	caixa	1650	R\$ 56,80	R\$ 93.720,00	Ampla Concorrência

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	LEI 123/2006
	invólucro contendo mínimo 100g a 130g. A embalagem deve conter a validade de no mínimo 06 meses a 1 ano com os registros obrigatórios do ministério competente. Caixa com 30 unidades.					
17	BISCOITO AMANTEIGADO SEM RECHEIO SABOR COCO - Isento de sujidades, parasitas, larvas, terrosos, detritos animais e vegetais, composição básica de farinha de trigo, amido de milho, sal refinado, gordura vegetal, açúcar e outras substâncias permitidas; aspecto, cor, cheiro e sabor próprios, embalados em pacote plástico resistente, invólucro contendo mínimo 100g a 130g. A embalagem deve conter a validade de no mínimo 06 meses a 1 ano com os registros obrigatórios do ministério competente. Caixa com 30 unidades.	caixa	550	R\$ 56,80	R\$ 31.240,00	Cota Reservada para ME/EPP
18	BISCOITO AMANTEIGADO SEM RECHEIO SABOR LEITE - Isento de sujidades, parasitas, larvas, terrosos, detritos animais e vegetais, composição básica de farinha de trigo, amido de milho, sal refinado, gordura vegetal, açúcar e outras substâncias permitidas; aspecto, cor, cheiro e sabor próprios, embalados em pacote plástico resistente, invólucro contendo mínimo 100g a 130g. A embalagem deve conter a	caixa	1650	R\$ 56,83	R\$ 93.769,50	Ampla Concorrência

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	LEI 123/2006
	validade de no mínimo 06 meses a 1 ano com os registros obrigatórios do ministério competente. Caixa com 30 unidades.					
19	BISCOITO AMANTEIGADO SEM RECHEIO SABOR LEITE - Isento de sujidades, parasitas, larvas, terrosos, detritos animais e vegetais, composição básica de farinha de trigo, amido de milho, sal refinado, gordura vegetal, açúcar e outras substâncias permitidas; aspecto, cor, cheiro e sabor próprios, embalados em pacote plástico resistente, invólucro contendo mínimo 100g a 130g. A embalagem deve conter a validade de no mínimo 06 meses a 1 ano com os registros obrigatórios do ministério competente. Caixa com 30 unidades.	caixa	550	R\$ 56,83	R\$ 31.256,50	Cota Reservada para ME/EPP
20	BISCOITO DOCE TIPO MAISENA - obtido pelo amassamento e cozimento conveniente de massa preparada com farinha de trigo, amido de milho, gordura ou óleo vegetal, leite (ou soro), açúcar, sal e outros ingredientes permitidos pela legislação, desde que declarados, constando data de fabricação e validade nos pacotes individuais. Validade de no mínimo 6 (seis) meses a partir da data de entrega. O produto deverá estar de acordo com a legislação vigente. Embalagem primária de 350g.	caixa	4725	R\$ 81,72	R\$ 386.127,00	Ampla Concorrência

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	LEI 123/2006
	Apresentação caixa com 20 unidades.					
21	BISCOITO DOCE TIPO MAISENA - obtido pelo amassamento e cozimento conveniente de massa preparada com farinha de trigo, amido de milho, gordura ou óleo vegetal, leite (ou soro), açúcar, sal e outros ingredientes permitidos pela legislação, desde que declarados, constando data de fabricação e validade nos pacotes individuais. Validade de no mínimo 6 (seis) meses a partir da data de entrega. O produto deverá estar de acordo com a legislação vigente. Embalagem primária de 350g. Apresentação caixa com 20 unidades.	caixa	1575	R\$ 81,72	R\$ 128.709,00	Cota Reservada para ME/EPP
22	BISCOITO SALGADO TIPO CREAM-CRACKER – Bolacha salgada tipo cream cracker, a base de: farinha de trigo / gordura vegetal hidrogenada / açúcar / amido de milho / sal refinado / fermento / leite ou soro / outros, composição nutricional mínima: 12% de proteínas / valor calórico 440 kcal, embalagem tipo 3 em 1, constando data de fabricação e validade nos pacotes individuais. Validade de no mínimo 6 (seis) meses a partir da data de entrega. Serão rejeitados, os biscoitos mal cozidos, queimados e de características organolépticas anormais. Embalagem primária de 350g. Apresentação caixa com 20 unidades.	caixa	5280	R\$ 72,08	R\$ 380.582,40	Ampla Concorrência

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	LEI 123/2006
23	BISCOITO SALGADO TIPO CREAM-CRACKER – Bolacha salgada tipo cream cracker, a base de: farinha de trigo / gordura vegetal hidrogenada / açúcar / amido de milho / sal refinado / fermento / leite ou soro / outros, composição nutricional mínima: 12% de proteínas / valor calórico 440 kcal, embalagem tipo 3 em 1, constando data de fabricação e validade nos pacotes individuais. Validade de no mínimo 6 (seis) meses a partir da data de entrega. Serão rejeitados, os biscoitos mal cozidos, queimados e de características organolépticas anormais. Embalagem primária de 350g. Apresentação caixa com 20 unidades.	caixa	1760	R\$ 72,08	R\$ 126.860,80	Cota Reservada para ME/EPP
24	BISCOITO SALGADO TIPO CREAM-CRACKER INTEGRAL – Bolacha salgada, tipo cream-cracker - INTEGRAL . Composição básica: farinha de trigo, enriquecida com ferro e ácido fólico, farinha de trigo integral, sal, fermento biológico, contendo fibras e isento de gordura trans. A embalagem deve conter externamente os dados de identificação e procedência, informação nutricional. Validade de no mínimo 6 (seis) meses a partir da data de entrega. Embalagem primária de 400g. Apresentação caixa com 20 unidades.	caixa	340	R\$ 90,76	R\$ 30.858,40	Exclusivo para ME/EPP

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	LEI 123/2006
25	BISCOITO TIPO SORTIDO – Embalagem: Caixa com 12x350g, contendo a identificação do produto, data de fabricação e prazo de validade de acordo com as normas e/ou resoluções da Anvisa e MS. Validade mínima de 06 meses da data de fabricação.	caixa	1538	R\$ 71,48	R\$ 109.936,24	Ampla Concorrência
26	BISCOITO TIPO SORTIDO – Embalagem: Caixa com 12x350g, contendo a identificação do produto, data de fabricação e prazo de validade de acordo com as normas e/ou resoluções da Anvisa e MS. Validade mínima de 06 meses da data de fabricação.	caixa	512	R\$ 71,48	R\$ 36.597,76	Cota Reservada para ME/EPP
27	CAFÉ – Café em pó, torrado e moído, com pó de cheiro agradável e característica de grãos torrados e moídos, com selo de pureza ABIC ou na ausência deste, comprovação das características mínimas de qualidade exigidas para café por meio de laudo técnico ou certificação reconhecida. Validade de no mínimo 6 (seis) meses a partir da data de entrega. Embalagem plástica, íntegra e resistente de 250 g. Apresentação fardo ou caixa com 20 unidades.	fardo/caixa	1253	R\$ 285,52	R\$ 357.756,56	Ampla Concorrência
28	CAFÉ – Café em pó, torrado e moído, com pó de cheiro agradável e característica de grãos torrados e moídos, com selo de pureza ABIC ou na ausência deste, comprovação das características mínimas de qualidade exigidas para	fardo/caixa	417	R\$ 285,52	R\$ 119.061,84	Cota Reservada para ME/EPP

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	LEI 123/2006
	café por meio de laudo técnico ou certificação reconhecida. Validade de no mínimo 6 (seis) meses a partir da data de entrega. Embalagem plástica, íntegra e resistente de 250 g. Apresentação fardo ou caixa com 20 unidades.					
29	CALDO DE CARNE EM PÓ - Composto de sal, amido, glutamato monossódico, açúcar, alho, cebola, gordura vegetal, extrato de carne; validade mínima 6 (seis) meses a contar da data de entrega, armazenado em embalagem primária resistente de 1000 g, suas condições Apresentação caixa com 6 unidades.	caixa	200	R\$ 57,12	R\$ 11.424,00	Exclusivo para ME/EPP
30	CALDO DE GALINHA EM PÓ - Composto de sal, amido, glutamato monossódico, açúcar, alho, cebola, gordura vegetal, extrato de carne de frango; validade mínima 6 (seis) meses a contar da data de entrega, embalagem primária resistente de 1000 g, suas condições Apresentação caixa com 6 unidades.	caixa	220	R\$ 44,19	R\$ 9.721,80	Exclusivo para ME/EPP
31	CANELA EM PÓ – Produto em pó fino, com cheiro característico, sem presença de sujidades ou materiais estranhos, com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso líquido com validade mínima de 6 (seis) meses. Embalagem primária de 35g. Apresentação caixa ou fardo com 12 unidades.	caixa/fardo	1030	R\$ 44,48	R\$ 45.814,40	Exclusivo para ME/EPP
32	CATCHUP TRADICIONAL - De tomate fresco, composição: tomate, sal e	caixa	160	R\$ 173,13	R\$ 27.700,80	Exclusivo para ME/EPP

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	LEI 123/2006
	condimentos, aspecto físico pasta tipo industrial. A embalagem deverá conter externamente rótulo original de fábrica com os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número do lote, data de validade. Com registro no órgão competente. Embalagem primária no mínimo 400 gramas Validade mínima de 6 meses. Apresentação caixa com 24 unidades.					
33	CHÁ DE BOLDO – Constituído de folhas secas de espécies vegetais genuínos, dessecados, tostados e partidos, verde pardacenta, com aspecto, cor e sabor próprios, isento de sujidades, parasitas e larvas. Na embalagem deve conter a data de fabricação e validade. Embalado em sachês de 1 g e acondicionado em embalagem de 10g. Validade de no mínimo 6 (seis) meses a partir da data de entrega. Apresentação caixa com 24 unidades.	caixa	220	R\$ 75,61	R\$ 16.634,20	Exclusivo para ME/EPP
34	CHÁ DE CAMOMILA – Constituído de folhas secas de espécimes vegetais genuínos dessecados, tostadas e partidas, verde pardacenta, com aspecto, cor e sabor próprios, isentos de sujidades, parasitas e larvas. Embalados em saches individuais. Na embalagem deve conter a data de fabricação e	caixa	410	R\$ 74,81	R\$ 30.672,10	Exclusivo para ME/EPP

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	LEI 123/2006
	validade. Embalado em sachês de 1 g e acondicionado em embalagem de 10g. Validade de no mínimo 6 (seis) meses a partir da data de entrega. Apresentação caixa com 24 unidades.					
35	CHÁ DE ERVA CIDREIRA - Constituído de folhas secas de espécimes vegetais genuínos, dessecados, tostados e partidos, verde pardacenta, com aspecto, cor e sabor próprios, isento de sujidades, parasitas e larvas. Embalado em sachês de 1 g e acondicionado em embalagem de 10g. Validade de no mínimo 6 (seis) meses a partir da data de entrega. Apresentação caixa com 24 unidades.	caixa	340	R\$ 72,05	R\$ 24.497,00	Exclusivo para ME/EPP
36	CHÁ DE ERVA-DOCE – Constituído de folhas secas de espécimes vegetais genuínos dessecados, tostadas e partidas, verde pardacenta, com aspecto, cor e sabor próprios, isentos de sujidades, parasitas e larvas. Embalados em saches individuais. Na embalagem deve conter a data de fabricação e validade. Embalado em sachês de 1 g e acondicionado em embalagem de 10g. Validade de no mínimo 6 (seis) meses a partir da data de entrega. Apresentação caixa com 24 unidades.	caixa	390	R\$ 74,37	R\$ 29.004,30	Exclusivo para ME/EPP

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	LEI 123/2006
37	COLORÍFICO SEM SAL – O colorífico deve ser constituído de matéria prima de boa qualidade e apresentar aspecto, cor, cheiro e sabor característico do produto, sem sujidades e materiais estranhos. Não deverá conter sal. Na embalagem deverá conter a data de validade e fabricação; validade de no mínimo 6 (seis) meses. Embalagem primária de 100g. Apresentação fardo com 100 unidades.	fardo	923	R\$ 83,08	R\$ 76.682,84	Ampla Concorrência
38	COLORÍFICO SEM SAL – O colorífico deve ser constituído de matéria prima de boa qualidade e apresentar aspecto, cor, cheiro e sabor característico do produto, sem sujidades e materiais estranhos. Não deverá conter sal. Na embalagem deverá conter a data de validade e fabricação; validade de no mínimo 6 (seis) meses. Embalagem primária de 100g. Apresentação fardo com 100 unidades.	fardo	307	R\$ 83,08	R\$ 25.505,56	Cota Reservada para ME/EPP
39	CONDIMENTO A BASE DE COMINHO – 100% caminho em pó, constituído de matéria prima de boa qualidade e apresentar aspecto, cor, cheiro e sabor característico do produto, sem sujidades e materiais estranhos, de acordo com as normas vigentes. O prazo de validade deverá ser de 6 (seis) meses a partir da data de entrega. Embalagem primária de 100g. Apresentação fardo com 100 unidades.	fardo	710	R\$ 87,40	R\$ 62.054,00	Exclusivo para ME/EPP

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	LEI 123/2006
40	CREME DE CEBOLA - Farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, fécula de mandioca, cebola, sal, gordura vegetal hidrogenada, proteína vegetal hidrolisada, açúcar e pimenta do reino e realçadores de sabor. Embalagem primária de 1 kg (um quilo). Apresentação caixa com 10 unidades.	caixa	100	R\$ 178,90	R\$ 17.890,00	Exclusivo para ME/EPP
41	CREME DE LEITE UHT-homogeneizado, apresentando teor de matéria gorda de aproximadamente 20% de gordura, sem gordura vegetal, embalado em caixa cartonada, com rotulagem nutricional obrigatória, registro em órgão pertinente e validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega. Embalagem primária de 200g. Apresentação caixa com 27 unidades.	caixa	500	R\$ 88,33	R\$ 44.165,00	Exclusivo para ME/EPP
42	DOCE EM CORTE DE BANANA (BANANADA) – Em massa homogênea e de consistência que possibilite o corte. Obtido das partes comestíveis desintegradas da banana, com açúcar, contendo pectina, ajustador de pH. Isento de sujidades, larvas e parasitas, com aspecto, cor, cheiro e sabor próprios, acondicionado em embalagem primária de 400 g. Embalado em caixa de papelão reforçado com validade mínima de 6 (seis) meses a contar da data da entrega.	caixa	180	R\$ 110,29	R\$ 19.852,20	Exclusivo para ME/EPP

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	LEI 123/2006
	Apresentação caixa com 12 unidades.					
43	DOCE EM CORTE DE GOIABA (GOIABADA) – Em massa homogênea e de consistência que possibilite o corte. Obtido das partes comestíveis desintegradas da goiaba, com açúcar, contendo pectina, ajustador de pH. Isento de sujidades, larvas e parasitas, com aspecto, cor, cheiro e sabor próprios, acondicionado em embalagem primária de 500 g. Embalado em caixa de papelão reforçado com validade mínima de 6 (seis) meses a contar da data da entrega. Apresentação caixa com 12 unidades.	caixa	330	R\$ 65,28	R\$ 21.542,40	Exclusivo para ME/EPP
44	DUETO (milho verde e ervilha) – Em grãos selecionados, latas ou sachês contendo 200g (peso drenado), em conserva. Produto obtido do cozimento de grãos de milho verde e ervilha, imersos ou não em líquido de cobertura apropriada, submetidas a processo tecnológico adequado antes ou depois de hermeticamente fechado nos recipientes utilizados a fim de evitar sua alteração. A embalagem deverá conter informações nutricionais. A validade mínima do produto deverá ser de 6 (seis) meses. Apresentação caixa com 24 unidades.	caixa	560	R\$ 88,42	R\$ 49.515,20	Exclusivo para ME/EPP
45	EXTRATO DE TOMATE – Extrato de tomate concentrado, isento de peles e sementes, íntegro	Caixa	2772	R\$ 47,17	R\$ 130.755,24	Ampla Concorrência

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	LEI 123/2006
	e resistente. Embalagem tetra PA ou sachê; na embalagem deverá conter os dados de identificação do lote, procedência e informações nutricionais, data de fabricação e validade. Deverá apresentar validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega. Embalagem primária de 340g. Caixa com 24 unidades.					
46	EXTRATO DE TOMATE – Extrato de tomate concentrado, isento de peles e sementes, íntegro e resistente. Embalagem tetra PA ou sachê; na embalagem deverá conter os dados de identificação do lote, procedência e informações nutricionais, data de fabricação e validade. Deverá apresentar validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega. Embalagem primária de 340g. Caixa com 24 unidades.	Caixa	924	R\$ 47,17	R\$ 43.585,08	Cota Reservada para ME/EPP
47	EXTRATO DE TOMATE – Extrato de tomate concentrado, isento de peles e sementes, íntegro e resistente. Embalagem tetra PAK; na embalagem deverá conter os dados de identificação do lote, procedência e informações nutricionais, data de fabricação e validade. Deverá apresentar validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega. Embalagem primária de 1kg. Apresentação caixa com 12 unidades.	caixa	250	R\$ 86,02	R\$ 21.505,00	Exclusivo para ME/EPP

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	LEI 123/2006
48	FARINHA DE AVEIA - produto com 100% farinha de aveia, sem adição de outros ingredientes, apresentando em sua embalagem informações nutricionais, número de lote e as datas de fabricação e validade. O prazo de validade deverá ser de no mínimo 6 (seis) meses a partir da data de entrega. Embalagem primária de 170 g. Apresentação caixa com 24 unidades.	caixa	1815	R\$ 72,92	R\$ 132.349,80	Ampla Concorrência
49	FARINHA DE AVEIA - produto com 100% farinha de aveia, sem adição de outros ingredientes, apresentando em sua embalagem informações nutricionais, número de lote e as datas de fabricação e validade. O prazo de validade deverá ser de no mínimo 6 (seis) meses a partir da data de entrega. Embalagem primária de 170 g. Apresentação caixa com 24 unidades.	caixa	605	R\$ 72,92	R\$ 44.116,60	Cota Reservada para ME/EPP
50	FARINHA DE MANDIOCA – Farinha de mandioca torrada, seca, fina, branca; isenta de sujidades ou materiais estranhos; acondicionada em saco transparente pesando 1 kg; data de validade de no mínimo 6 (seis) meses a partir da data de entrega. Apresentação fardo com 30 unidades.	fardo	848	R\$ 155,47	R\$ 131.838,56	Ampla Concorrência
51	FARINHA DE MANDIOCA – Farinha de mandioca torrada, seca, fina, branca; isenta de sujidades ou materiais estranhos; acondicionada em saco transparente pesando 1	fardo	282	R\$ 155,47	R\$ 43.842,54	Cota Reservada para ME/EPP

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	LEI 123/2006
	kg; data de validade de no mínimo 6 (seis) meses a partir da data de entrega. Apresentação fardo com 30 unidades.					
52	FARINHA DE TRIGO – Com fermento especial, obtida do trigo moído, de cor branca, isenta de sujidades. Embalagem em plástico transparente, atóxico. Validade mínima de 6 meses a contar da data da entrega. Embalagem primária de 1kg. Apresentação fardo com 10 unidades.	fardo	360	R\$ 56,49	R\$ 20.336,40	Exclusivo para ME/EPP
53	FARINHA DE TRIGO INTEGRAL - Fina de primeira qualidade com no mínimo 6g de fibra alimentar em 50g do produto seco. Embalagem primária: sacos de papel de 1kg. Deverá apresentar validade mínima de 6 meses a partir da data de entrega. Na rotulagem deverá conter dados sobre a resolução vigente (RDC Nº 26 DE 2015). Fardo com 10 pacotes de 1kg	fardo	324	R\$ 70,06	R\$ 22.699,44	Exclusivo para ME/EPP
54	FARINHA DE TRIGO SEM FERMENTO - Especial sem fermento, embalada em sacos transparentes, limpos, não violados, resistentes, que garantam a integridade do produto. Não pode estar úmida, fermentada, nem rançosa. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote, quantidade do produto. Deverá apresentar validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega.	fardo	660	R\$ 49,80	R\$ 32.868,00	Exclusivo para ME/EPP

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	LEI 123/2006
	Pacote de 1 kg. Apresentação fardo com 10 unidades.					
55	FARINHA LÁCTEA ENRIQUECIDA COM VITAMINAS E MINERAIS – Produto em pó enriquecido com vitaminas e ferro, isenta de sujidades, sabor original com característica própria para o preparo instantâneo de mingaus, papas e outras preparações. Embalagem em sachê com 200g. Validade mínima 6 (seis) meses a contar da data da entrega do produto. Caixa com 24 unidades.	caixa	50	R\$ 139,45	R\$ 6.972,50	Exclusivo para ME/EPP
56	FEIJÃO CARIOQUINHA TIPO I - Feijão carioca tipo 1, de qualidade, novo; constituído de grãos inteiros e sadios com umidade máxima de 15%, isento de material terroso, sujidades e misturas de outras espécies. Acondicionado em saco plástico, com prazo de validade de no mínimo de 6 (seis) meses a partir da data de entrega. Embalagem primária de 1 kg. Apresentação fardo com 30 unidades.	fardo	2213	R\$ 221,03	R\$ 489.139,39	Ampla Concorrência
57	FEIJÃO CARIOQUINHA TIPO I - Feijão carioca tipo 1, de qualidade, novo; constituído de grãos inteiros e sadios com umidade máxima de 15%, isento de material terroso, sujidades e misturas de outras espécies. Acondicionado em saco plástico, com prazo de validade de no mínimo de 6 (seis) meses a partir da data de entrega.	fardo	737	R\$ 221,03	R\$ 162.899,11	Cota Reservada para ME/EPP

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	LEI 123/2006
	Embalagem primária de 1 kg. Apresentação fardo com 30 unidades.					
58	FEIJÃO MACASSAR – Feijão macassar, tipo 1, constituído de grãos integrais sadios e de rápido cozimento. Isento de material terroso, sujidades e mistura de outras espécies. Acondicionado em saco plástico, com prazo de validade de no mínimo de 6 (seis) meses a partir da data de entrega. Embalagem primária de 1 kg. Apresentação fardo com 30 unidades.	fardo	1103	R\$ 187,31	R\$ 206.602,93	Ampla Concorrência
59	FEIJÃO MACASSAR – Feijão macassar, tipo 1, constituído de grãos integrais sadios e de rápido cozimento. Isento de material terroso, sujidades e mistura de outras espécies. Acondicionado em saco plástico, com prazo de validade de no mínimo de 6 (seis) meses a partir da data de entrega. Embalagem primária de 1 kg. Apresentação fardo com 30 unidades.	fardo	367	R\$ 187,31	R\$ 68.742,77	Cota Reservada para ME/EPP
60	FEIJÃO PRETO - Feijão preto tipo 1, de qualidade, novo; constituído de grãos inteiros e sadios com umidade máxima de 15%, isento de material terroso, sujidades e misturas de outras espécies. Acondicionado em saco plástico, com prazo de validade de no mínimo de 6 (seis) meses a partir da data de entrega. Embalagem primária de 1 kg. Apresentação fardo com 30 unidades.	fardo	1782	R\$ 257,25	R\$ 458.419,50	Ampla Concorrência

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	LEI 123/2006
61	FEIJÃO PRETO - Feijão preto tipo 1, de qualidade, novo; constituído de grãos inteiros e sadios com umidade máxima de 15%, isento de material terroso, sujidades e misturas de outras espécies. Acondicionado em saco plástico, com prazo de validade de no mínimo de 6 (seis) meses a partir da data de entrega. Embalagem primária de 1 kg. Apresentação fardo com 30 unidades.	fardo	594	R\$ 257,25	R\$ 152.806,50	Cota Reservada para ME/EPP
62	FERMENTO EM PÓ QUÍMICO para Bolo, embalagem de 100g, dizeres de rotulagem, data de fabricação e prazo de validade, informação dos ingredientes e composição nutricional. Validade mínima de 6 (seis) meses a contar da data de entrega. Apresentação caixa com 12 unidades.	caixa	122	R\$ 35,05	R\$ 4.276,10	Exclusivo para ME/EPP
63	FERMENTO SECO, biológico em pó, para pães e massas panificáveis. Embalado a vácuo em papel alumínio, embalagem contendo 500g. Validade mínima de 6 meses a contar da data de entrega. Caixa com 24 unidades.	caixa	60	R\$ 479,95	R\$ 28.797,00	Exclusivo para ME/EPP
64	FLOCOS DE ARROZ - tipo farinha de arroz flocada, embalada em pacotes plásticos, transparentes, limpos, não violados, resistentes. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência e informações nutricionais. Com prazo de validade de no mínimo de 6 (seis) meses.	fardo	100	R\$ 80,09	R\$ 8.009,00	Exclusivo para ME/EPP

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	LEI 123/2006
	meses a partir da data de entrega. Embalagem primária de 500 g. Apresentação fardo com 30 unidades.					
65	FLOCOS DE MILHO – farinha de milho flocada, na cor amarela, com aspectos, cor, cheiro e sabor próprios, sem sal, livre de fertilizantes, sujidades, parasitas, larvas e detritos animais ou vegetais, acondicionados em sacos plásticos resistentes, limpos, não violados. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote, quantidade do produto e atender. Validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega. Embalagem primária de 185500g. Apresentação fardo com 30 unidades.	fardo	6150	R\$ 40,78	R\$ 250.797,00	Ampla Concorrência
66	FLOCOS DE MILHO – farinha de milho flocada, na cor amarela, com aspectos, cor, cheiro e sabor próprios, sem sal, livre de fertilizantes, sujidades, parasitas, larvas e detritos animais ou vegetais, acondicionados em sacos plásticos resistentes, limpos, não violados. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, informações nutricionais, número de lote, quantidade do produto e atender. Validade mínima de 6 (seis) meses a partir da	fardo	2050	R\$ 40,78	R\$ 83.599,00	Cota Reservada para ME/EPP

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	LEI 123/2006
	data de 100 entrega. Embalagem primária de 185500g. Apresentação fardo com 30 unidades.					
67	LEITE CONDENSADO - embalagem Tetrapak de 395g, sem gordura vegetal, contendo informações nutricionais, data de fabricação e prazo de validade, registro no ministério da agricultura SIF/DIPOA. Validade mínima de 6 (seis) meses da data de fabricação. Apresentação caixa com 27 unidades.	caixa	400	R\$ 145,88	R\$ 58.352,00	Exclusivo para ME/EPP
68 ITEM CANCELADO	LEITE CONDENSADO - embalagem Tetrapak de 395g, sem gordura vegetal, contendo informações nutricionais, data de fabricação e prazo de validade, registro no ministério da agricultura SIF/DIPOA. Validade mínima de 6 (seis) meses da data de fabricação. Apresentação caixa com 27 unidades.	caixa	0	R\$	R\$	ITEM CANCELADO
69	LEITE DE COCO – Leite de coco, com baixo teor de gordura, pasteurizado e homogeneizado, podendo conter conservantes, acidulantes e/ou espessante. Embalagem primária de plástico de 500 ml. Com validade de no mínimo 6 (seis) meses a partir da data de entrega. Apresentação fardo ou caixa com 12 unidades.	fardo/caixa	2389	R\$ 56,58	R\$ 135.169,62	Ampla Concorrência
70	LEITE DE COCO – Leite de coco, com baixo teor de gordura, pasteurizado e homogeneizado, podendo conter conservantes, acidulantes e/ou espessante. Embalagem primária de plástico de 500	fardo/caixa	796	R\$ 56,58	R\$ 45.037,68	Cota Reservada para ME/EPP

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	LEI 123/2006
	ml. Com validade de no mínimo 6 (seis) meses a partir da data de entrega. Apresentação fardo ou caixa com 12 unidades.					
71	LEITE EM PÓ DESNATADO INSTANTÂNEO - Leite em pó desnatado instantâneo fortificado com ferro e vitaminas, acondicionados em pacotes em recipientes herméticos. Validade de 6 (seis) meses a partir da data da entrega. Embalagem primária de 200g. Apresentação fardo com 50 unidades.	fardo	353	R\$ 353,91	R\$ 124.930,23	Ampla Concorrência
72	LEITE EM PÓ DESNATADO INSTANTÂNEO - Leite em pó desnatado instantâneo fortificado com ferro e vitaminas, acondicionados em pacotes em recipientes herméticos. Validade de 6 (seis) meses a partir da data da entrega. Embalagem primária de 200g. Apresentação fardo com 50 unidades.	fardo	117	R\$ 353,91	R\$ 41.407,47	Cota Reservada para ME/EPP
73	LEITE EM PÓ INTEGRAL EM LATA SEM LACTOSE – Leite em pó integral, zero lactose, rico em vitaminas A, C, D, E, zinco, ferro e cálcio. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, número do lote, data de fabricação, quantidade do produto. Embalagem de 300 g. Prazo de validade de no mínimo 06 meses a partir da data de entrega. Caixas com 12 unidades.	caixa	431	R\$ 287,34	R\$ 123.843,54	Ampla Concorrência

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	LEI 123/2006
74	LEITE EM PÓ INTEGRAL EM LATA SEM LACTOSE – Leite em pó integral, zero lactose, rico em vitaminas A, C, D, E, zinco, ferro e cálcio. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, número do lote, data de fabricação, quantidade do produto. Embalagem de 300 g. Prazo de validade de no mínimo 06 meses a partir da data de entrega. Caixas com 12 unidades.	caixa	143	R\$ 287,34	R\$ 41.089,62	Cota Reservada para ME/EPP
75	LEITE EM PÓ INTEGRAL – Leite em pó integral com ausência de umidade. Envasado em recipientes herméticos. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, número do lote, data de fabricação, quantidade do produto. Embalagem de 200 g. Contendo de 6,8 a 7,0 g de proteína, 6,9 g gorduras totais, livre de gorduras trans, 237mg de cálcio para uma porção de 26 g. Prazo de validade de no mínimo 6 (seis) meses a partir da data de entrega. Apresentação fardo com 50 unidades.	fardo	7913	R\$ 295,25	R\$ 2.336.313,25	Ampla Concorrência
76	LEITE EM PÓ INTEGRAL – Leite em pó integral com ausência de umidade. Envasado em recipientes herméticos. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, número do lote, data de fabricação, quantidade do produto. Embalagem de 200 g.	fardo	2637	R\$ 295,25	R\$ 778.574,25	Cota Reservada para ME/EPP

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	LEI 123/2006
	Contendo de 6,8 a 7,0 g de proteína, 6,9 g gorduras totais, livre de gorduras trans, 237mg de cálcio para uma porção de 26 g. Prazo de validade de no mínimo 6 (seis) meses a partir da data de entrega. Apresentação fardo com 50 unidades.					
77	LEITE INTEGRAL UHT – Leite longa vida integral, tetra pak, caixas contendo 1 litro- fonte natural de proteínas e cálcio, Composto por 3,0% de gorduras totais, 2,0% de gorduras saturadas, 3,0% de proteínas e 4,5% de carboidratos. Embalagem contendo informações nutricionais, data de fabricação, prazo de validade e registro no Ministério da Agricultura SIF/DIPOA. Com validade mínima de 6 meses da data de fabricação. Caixa com 12 unidades.	caixa	240	R\$ 60,16	R\$ 14.438,40	Exclusivo para ME/EPP
78	MACARRÃO INTEGRAL - tipo espaguete fino, com farinha integral, enriquecido com ferro, Unidades com 500g. Fardo com 30 unidades.	fardo	244	R\$ 175,41	R\$ 42.800,04	Exclusivo para ME/EPP
79	MACARRÃO ESPAGUETE – tipo espaguete, a base de farinha de trigo especial enriquecida com ferro e ácido fólico, submetido a processo de secagem. O produto deverá estar de acordo com as legislações vigentes. Embalagem primária plástica de 400 g. Com validade de no mínimo 6 (seis) meses a partir da data de entrega. Apresentação fardo com 20 unidades.	fardo	5685	R\$ 45,77	R\$ 260.202,45	Ampla Concorrência

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	LEI 123/2006
80	MACARRÃO ESPAGUETE – tipo espaguete, a base de farinha de trigo especial enriquecida com ferro e ácido fólico, submetido a processo de secagem. O produto deverá estar de acordo com as legislações vigentes. Embalagem primária plástica de 400 g. Com validade de no mínimo 6 (seis) meses a partir da data de entrega. Apresentação fardo com 20 unidades.	fardo	1895	R\$ 45,77	R\$ 86.734,15	Cota Reservada para ME/EPP
81	MACARRÃO PARAFUSO - Tipo parafuso, a base de farinha de trigo especial enriquecida com ferro e ácido fólico, submetido a processo de secagem, massa curta. Embalagem primária de 400g, invioladas. Produto sem presença de insetos e impurezas. O produto deverá ter validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data da entrega. Apresentação fardo com 20 unidades.	fardo	3878	R\$ 62,00	R\$ 240.436,00	Ampla Concorrência
82	MACARRÃO PARAFUSO - Tipo parafuso, a base de farinha de trigo especial enriquecida com ferro e ácido fólico, submetido a processo de secagem, massa curta. Embalagem primária de 400g, invioladas. Produto sem presença de insetos e impurezas. O produto deverá ter validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data da entrega. Apresentação fardo com 20 unidades.	fardo	1292	R\$ 62,00	R\$ 80.104,00	Cota Reservada para ME/EPP
83	MAIONESE – Emulsão cremosa, obtida com ovos e óleos vegetais, com	caixa	235	R\$ 121,28	R\$ 28.500,80	Exclusivo para ME/EPP

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	LEI 123/2006
	adição de condimentos. Contendo substâncias comestíveis e corantes, apresentando consistência cremosa e cor amarela claro, com cor, cheiro e sabor próprios, isento de sujidades e com seus ingredientes de preparo em perfeito estado de conservação. Acondicionada em embalagem primária de 200g. Validade mínima de 6 (seis) meses a contar da data de entrega. Apresentação caixa com 24 unidades.					
84	MARGARINA – Margarina cremosa com adição de sal e isenta de gordura trans, em potes de polipropileno com lacre de papel aluminizado entre a tampa e o pote, resistentes, que garantam a integridade do produto até o momento do consumo contendo peso líquido 250g. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, informação nutricional, número do lote, data de validade, quantidade do produto e número do registro. O produto deverá apresentar validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega. Produto com registro no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA. Apresentação caixa com 24 unidades.	caixa	5325	R\$ 60,99	R\$ 324.771,75	Ampla Concorrência
85	MARGARINA – Margarina cremosa com adição de sal e isenta de gordura	caixa	1775	R\$ 60,99	R\$ 108.257,25	Cota Reservada

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	LEI 123/2006
	trans, em potes de polipropileno com lacre de papel aluminizado entre a tampa e o pote, resistentes, que garantam a integridade do produto até o momento do consumo contendo peso líquido 250g. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, informação nutricional, número do lote, data de validade, quantidade do produto e número do registro. O produto deverá apresentar validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega. Produto com registro no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA. Apresentação caixa com 24 unidades.					a para ME/EPP
86	MARGARINA LIGHT SEM SAL - Composição básica: óleos vegetais líquidos e interesterificados, água, leite em pó desnatado reconstituído, soro de leite em pó reconstituído. Estabilizantes: mono e diglicerídeos de ácidos graxos e ésteres de poliglicerol de ácido ricinoleico. Conservadores: sorbato de potássio e benzoato de sódio, acidulante ácido cítrico, antioxidantes edta, tbhq e bht, aroma idêntico ao natural de manteiga, corantes naturais: urucum e cúrcuma e corante beta caroteno sintético idêntico ao natural. Sem glúten. SEM SAL. Isenta de gordura trans. Validade	caixa	150	R\$ 145,79	R\$ 21.868,50	Exclusivo para ME/EPP

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	LEI 123/2006
	mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega. Embalagem primária de 250g. Apresentação caixa com 24 unidades.					
87	MASSA PARA LASANHA - Massa pré cozida formato lasanha, com ovos e glúten, embalagem plástica atóxica de 200g, transparente, atóxica com rotulagem nutricional obrigatória, registro em órgão pertinente e validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega na unidade requisitante. Apresentação caixa com 12 unidades.	caixa	192	R\$ 70,00	R\$ 13.440,00	Exclusivo para ME/EPP
88	MILHO EM CONSERVA - ingredientes grãos de milho cozido/água e sal, prazo de validade 2 anos. Embalagem com dizeres de rotulagem; de acordo com legislação em vigor; embalagem de 170g. Caixa com 24 unidades.	caixa	120	R\$ 80,40	R\$ 9.648,00	Exclusivo para ME/EPP
89	MILHO PARA O PREPARO DE MUNGUZÁ - Milho seco processado em grãos crus, inteiros, selecionados e polidos, para o preparo de mungunzá, com aspectos, cor, cheiro e sabor próprios, livre de fertilizantes, sujidades, parasitas, larvas e detritos animais ou vegetais, acondicionados em saco plástico resistente. A embalagem deve conter a validade, que deve ser no mínimo 06 meses a partir da data de entrega. Embalagem primária de 500g. Apresentação fardo com 20 unidades.	fardo	2352	R\$ 40,53	R\$ 95.326,56	Ampla Concorrência

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	LEI 123/2006
90	MILHO PARA O PREPARO DE MUNGUZÁ - Milho seco processado em grãos crus, inteiros, selecionados e polidos, para o preparo de mungunzá, com aspectos, cor, cheiro e sabor próprios, livre de fertilizantes, sujidades, parasitas, larvas e detritos animais ou vegetais, acondicionados em saco plástico resistente. A embalagem deve conter a validade, que deve ser no mínimo 06 meses a partir da data de entrega. Embalagem primária de 500g. Apresentação fardo com 20 unidades.	fardo	784	R\$ 40,53	R\$ 31.775,52	Cota Reservada para ME/EPP
91	MILHO PARA PIPOCA - Milho, de primeira qualidade, apresentando, cor, cheiro e sabor próprio; ausência de umidade, sujidades e outros materiais estranhos; embalado em sacos plásticos, transparente e atóxico. Na embalagem deve conter data de fabricação e validade. Embalagem primária de 500 g. Validade de 6 (seis) meses a contar da data de entrega. Apresentação fardo com 20 unidades.	fardo	355	R\$ 74,64	R\$ 26.497,20	Exclusivo para ME/EPP
92	MISTURA PARA CANJQUINHA - Mistura para o preparo de canjiquinha contendo fubá enriquecido com ferro, açúcar, fécula de mandioca e sal, aromatizantes, sem glúten. Embalagem primária de 500g. Validade mínima de 6 (seis) meses a contar da data da entrega	caixa	340	R\$ 189,60	R\$ 64.464,00	Exclusivo para ME/EPP

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	LEI 123/2006
	do produto. Apresentação caixa com 50 unidades.					
93	MISTURA PARA O PREPARO DE MINGAUS – Mistura a base de amido de milho para o preparo de mingaus, enriquecida com vitaminas e minerais. Sabor tradicional. Embalagem primária de 200 g. Validade mínima de 6 (seis) meses a contar da data da entrega. Apresentação caixa com 24 unidades.	caixa	136	R\$ 99,31	R\$ 13.506,16	Exclusivo para ME/EPP
94	MISTURA PARA O PREPARO DE MINGAUS – Mistura a base de amido de milho para o preparo de mingaus, enriquecida com vitaminas e minerais. Sabor chocolate. Embalagem primária de 200 g. Validade mínima de 6 (seis) meses a contar da data da entrega. Apresentação caixa com 24 unidades.	caixa	136	R\$ 99,29	R\$ 13.503,44	Exclusivo para ME/EPP
95	MISTURA PARA O PREPARO DE MINGAUS – Mistura a base de amido de milho para o preparo de mingaus, enriquecida com vitaminas e minerais. Sabor morango. Embalagem primária de 200 g. Validade mínima de 6 (seis) meses a contar da data da entrega. Apresentação caixa com 24 unidades.	caixa	136	R\$ 160,86	R\$ 21.876,96	Exclusivo para ME/EPP
96	MISTURA PRONTA PARA PÃO FRANCÊS - farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, sal, açúcar, estabilizantes: Ester de ácido diacetil tartárico, mono e diglicerídios de ácidos graxos, ou estearoil-2 lactil, lactato de cálcio ou	saco	900	R\$ 122,68	R\$ 110.412,00	Ampla Concorrência

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	LEI 123/2006
	polisorbato 80 e melhoradores de farinha: ácido ascórbico/ou azodicarbonamida. Saco com 25 quilos. Validade mínima de 6 meses a contar da data de entrega.					
97	MISTURA PRONTA PARA PÃO FRANCÊS - farinha de trigo enriquecida com ferro e ácido fólico, sal, açúcar, estabilizantes: Ester de ácido diacetil tartárico, mono e diglicerídios de ácidos graxos, ou estearoil-2 lactil, lactato de cálcio ou polisorbato 80 e melhoradores de farinha: ácido ascórbico/ou azodicarbonamida. Saco com 25 quilos. Validade mínima de 6 meses a contar da data de entrega.	saco	300	R\$ 122,68	R\$ 36.804,00	Cota Reservada para ME/EPP
98	MOLHO DE MOSTARDA AMARELA - contendo semente de mostarda, vinagre, açúcar, cúrcuma, com cor e sabor característico. Envasado em embalagem plástica de 200g, devendo conter informações marca, informações nutricionais, peso, lote e validade que deve ser de no mínimo de 6 (seis) meses a partir da data de entrega. Apresentação caixa com 24 unidades.	caixa	120	R\$ 145,75	R\$ 17.490,00	Exclusivo para ME/EPP
99	ÓLEO DE SOJA REFINADO – De primeira qualidade, 100% natural; comestível; extrato refinado; limpo a embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, número do lote, data de fabricação, quantidade do produto.	caixa	1838	R\$ 170,59	R\$ 313.544,42	Ampla Concorrência

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	LEI 123/2006
	Deverá apresentar validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega. Embalagem primária de 900ml. Apresentação caixa com 20 unidades.					
100	ÓLEO DE SOJA REFINADO – De primeira qualidade, 100% natural; comestível; extrato refinado; limpo a embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência, número do lote, data de fabricação, quantidade do produto. Deverá apresentar validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega. Embalagem primária de 900ml. Apresentação caixa com 20 unidades.	caixa	612	R\$ 170,59	R\$ 104.401,08	Cota Reservada para ME/EPP
101	ÓREGANO - Desidratado, acondicionado em embalagem de 10 g, contendo no corpo da embalagem identificação do produto, marca do fabricante, prazo de validade e peso líquido, de acordo com a resolução 12/78 da CNNPA. Deverá ter validade mínima de 6 (seis) meses a contar da data da entrega. Apresentação caixa com 24 unidades.	caixa	128	R\$ 86,74	R\$ 11.102,72	Exclusivo para ME/EPP
102	PÁPRICA DEFUMADA - Condimento em pó, puro (sem adição de amido), com sabor e odor característico, isento de sujidades ou parasitas, acondicionado em embalagem primária de 500g, com identificação do produto, marca do fabricante, prazo de	caixa	52	R\$ 76,92	R\$ 3.999,84	Exclusivo para ME/EPP

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	LEI 123/2006
	validade e peso. Deverá ter validade mínima de 6 (seis) meses a contar da data da entrega. Apresentação caixa com aproximadamente 12 unidades.					
103	PÓ PARA PREPARO DE GELATINA – pó para preparo de gelatina, vários sabores, com sabor e odor característicos, isento de sujidade, parasitas e larvas. Embalagem primária de 20g, com validade mínima de 6 (seis) meses após data de entrega. Apresentação fardo ou caixa com 15 unidades.	caixa	128	R\$ 43,45	R\$ 5.561,60	Exclusivo para ME/EPP
104	PROTEÍNA DE SOJA TEXTURIZADA – Proteína texturizada de soja enriquecida com vitaminas e minerais. Produto obtido a partir da farinha desengordurada de soja (Glycine Max, L.), contendo 50% de proteína, 15% de lipídios, 27 % glicídios e 4% de fibra bruta. O produto deverá estar de acordo com a legislação vigente. Embalagem primária de 400 g. Prazo de validade de no mínimo 6 (seis) meses a partir da data de entrega. Apresentação fardo com 20 unidades.	fardo	1358	R\$ 83,77	R\$ 113.759,66	Ampla Concorrência
105	PROTEÍNA DE SOJA TEXTURIZADA – Proteína texturizada de soja enriquecida com vitaminas e minerais. Produto obtido a partir da farinha desengordurada de soja (Glycine Max, L.), contendo 50% de proteína, 15% de lipídios, 27 % glicídios e 4% de fibra	fardo	452	R\$ 83,77	R\$ 37.864,04	Cota Reservada para ME/EPP

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	LEI 123/2006
	bruta. O produto deverá estar de acordo com a legislação vigente. Embalagem primária de 400 g. Prazo de validade de no mínimo 6 (seis) meses a partir da data de entrega. Apresentação fardo com 20 unidades.					
106	QUEIJO PARMESÃO RALADO, produto a base de leite, queijo parmesão ralado ou uma combinação de outros queijos e entre eles, queijo parmesão, e conservantes. Embalado automaticamente sem contato manual. Validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega. Embalagem primária de 50 g. Apresentação caixa com 20 unidades.	caixa	400	R\$ 91,13	R\$ 36.452,00	Exclusivo para ME/EPP
107	REFRIGERANTE DE LARANJA - refrigerante de primeira linha, bebida não alcoólica, não fermentada, água gaseificada, açúcar, suco natural concentrado de laranja, aroma natural de laranja, livre de sujidades, parasitas, larvas, acondicionados em garrafas "PET" com tampa de rosca, contendo 2 litros cada. Deverá apresentar a validade mínima de 03 meses a partir da data de entrega de acordo com a Lei Federal nº 8.918/94.	fardo	600	R\$ 29,67	R\$ 17.802,00	Exclusivo para ME/EPP
108	REFRIGERANTE TIPO COLA - - refrigerante de primeira linha, bebida não alcoólica, não fermentada, água gaseificada, açúcar, corantes artificiais, livre de sujidades, parasitas, larvas, acondicionados em garrafas "PET" com	fardo	600	R\$ 30,18	R\$ 18.108,00	Exclusivo para ME/EPP

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	LEI 123/2006
	tampa de rosca, contendo 2 litros cada. Deverá apresentar a validade mínima de 03 meses a partir da data de entrega de acordo com a Lei Federal nº 8.918/94.					
109	REFRIGERANTE TIPO GUARANÁ - refrigerante de primeira linha, bebida não alcoólica, não fermentada, água gaseificada, açúcar, sendo permitido 0,02g a 0,2g de extrato de semente de guaraná, livre de sujidades, parasitas, larvas, acondicionados em garrafas "PET" com tampa de rosca, contendo 2 litros cada. Deverá apresentar a validade mínima de 03 meses a partir da data de entrega de acordo com a Lei Federal nº 8.918/94.	fardo	600	R\$ 28,60	R\$ 17.160,00	Exclusivo para ME/EPP
110	SAL – Sal refinado, com adição de iodo de acordo com legislação, com no mínimo 96,8 % de cloreto de sódio e sais de iodo. Acondicionado em saco de polietileno, resistente e vedado, com identificação de marca, fabricante, peso, lote e validade, que deve ser de no mínimo 6 (seis) meses a partir da data de entrega. Embalagem primária de 1 kg. Apresentação fardo com 30 unidades.	fardo	1580	R\$ 41,34	R\$ 65.317,20	Exclusivo para ME/EPP
111	SARDINHA EM CONSERVA – Preparada com pescado fresco, limpo, inteiro (não ralado) evisceradas, cozidos e imersas em óleo comestível contendo naturalmente Omega 3. Acondicionadas em	caixa	5430	R\$ 181,59	R\$ 986.033,70	Ampla Concorrência

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	LEI 123/2006
	recipiente resistente, vedado hermeticamente e limpo. Embalagem primária de 125 g de peso líquido com tampa abre fácil. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência: informação nutricional, nº de lote, data de validade, quantidade do produto e deverá ter registro no Ministério da Agricultura. O produto deverá apresentar validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega. Apresentação caixa com 50 unidades.					
112	SARDINHA EM CONSERVA – Preparada com pescado fresco, limpo, inteiro (não ralado) evisceradas, cozidos e imersas em óleo comestível contendo naturalmente Omega 3. Acondicionadas em recipiente resistente, vedado hermeticamente e limpo. Embalagem primária de 125 g de peso líquido com tampa abre fácil. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação e procedência: informação nutricional, nº de lote, data de validade, quantidade do produto e deverá ter registro no Ministério da Agricultura. O produto deverá apresentar validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega. Apresentação caixa com 50 unidades.	caixa	1810	R\$ 181,59	R\$ 328.677,90	Cota Reservada para ME/EPP

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	LEI 123/2006
113	SUCO DE FRUTA CONCENTRADO SABOR CAJU – Suco concentrado, rico em vitaminas e minerais. Aspecto, odor e sabor característicos da fruta. O produto deve ser pasteurizado, não necessitando de refrigeração para conservação. Embalagem pet ou vidro de 500 ml. Validade mínima de 6 (seis) meses a contar da data da entrega. Apresentação fardo ou caixa com 12 unidades.	caixa/fardo	300	R\$ 38,35	R\$ 11.505,00	Exclusivo para ME/EPP
114	SUCO DE FRUTA CONCENTRADO SABOR GOIABA – Suco concentrado, rico em vitaminas e minerais. Aspecto, odor e sabor característico da fruta. O produto deve ser pasteurizado, não necessitando de refrigeração para conservação. Embalagem pet ou vidro de 500 ml. Validade mínima de 6 (seis) meses a contar da data da entrega. Apresentação fardo ou caixa com 12 unidades.	caixa/fardo	300	R\$ 49,56	R\$ 14.868,00	Exclusivo para ME/EPP
115	SUCO DE FRUTA CONCENTRADO SABOR UVA – Suco concentrado, rico em vitaminas e minerais. Aspecto, odor e sabor característico da fruta. O produto deve ser pasteurizado, não necessitando de refrigeração para conservação. Embalagem pet de 500 ml. Validade mínima de 6 (seis) meses a contar da data da entrega.	caixa/fardo	400	R\$ 57,64	R\$ 23.056,00	Exclusivo para ME/EPP

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	LEI 123/2006
	Apresentação fardo ou caixa com 12 unidades.					
116	SUCO PRONTO PARA BEBER - sabor laranja, caixinha com 200ml, acompanha canudo, dizeres de rotulagem, data de fabricação e prazo de validade de no mínimo 6 meses, informação dos ingredientes e composição nutricional. Embalagem caixa c/ 24x 200ml	caixa	1200	R\$ 37,91	R\$ 45.492,00	Exclusivo para ME/EPP
117	SUCO PRONTO PARA BEBER - sabor morango, caixinha com 200ml, acompanha canudo, dizeres de rotulagem, data de fabricação e prazo de validade de no mínimo 6 meses, informação dos ingredientes e composição nutricional. Embalagem caixa c/ 24x 200ml	caixa	1200	R\$ 43,29	R\$ 51.948,00	Exclusivo para ME/EPP
118	SUCO PRONTO PARA BEBER, sabor Uva, caixinha com 200ml, acompanha canudo, dizeres de rotulagem, data de fabricação e prazo de validade de no mínimo 6 meses, informação dos ingredientes e composição nutricional. Validade mínima de 6 meses. Embalagem caixa c/ 24x 200ml.	caixa	1200	R\$ 39,03	R\$ 46.836,00	Exclusivo para ME/EPP
119	VINAGRE DE ÁLCOOL – Ácido acético obtido mediante a fermentação acética de soluções aquosas de álcool procedente principalmente de matérias agrícolas. Padronizado, refiltrado, pasteurizado. Embalagem plástica/garrafa pet, sem corantes, sem essências,	caixa/fardo	2474	R\$ 20,59	R\$ 50.939,66	Exclusivo para ME/EPP

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	LEI 123/2006
	sem adição de açúcares. Validade mínima de 6 (seis) meses a partir da data de entrega. Embalagem primária de 500ml. Apresentação fardo ou caixa com 12 unidades.					
120	XERÉM DE MILHO – De 1ª qualidade, com aspecto, cor e sabor próprios, isento de sujidade, parasitas e larvas, acondicionado em embalagem primária de 500 g. Apresentação fardo com 20 unidades.	fardo	1932	R\$ 48,24	R\$ 93.199,68	Ampla Concorrência
121	XERÉM DE MILHO – De 1ª qualidade, com aspecto, cor e sabor próprios, isento de sujidade, parasitas e larvas, acondicionado em embalagem primária de 500 g. Apresentação fardo com 20 unidades.	fardo	644	R\$ 48,24	R\$ 31.066,56	Cota Reservada para ME/EPP

2.3. A licitação será dividida em itens, conforme tabela acima, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

2.4. O critério de julgamento adotado será o **MENOR PREÇO UNITÁRIO**, observadas as exigências contidas neste Edital e seus anexos quanto às especificações do objeto.

2.5. Não será admitida a apresentação de propostas com quantitativo inferior ao total máximo previsto neste Edital e no Termo de Referência, obrigando-se a licitante à realização do fornecimento nos respectivos limites.

3. DO VALOR ORÇADO (MÁXIMO ADMITIDO)

3.1. O Valor Total Orçado (máximo admitido) para a Contratação, objeto deste certame, inclusos os custos diretos e indiretos, é de **R\$ 14.846.871,80 (quatorze milhões, oitocentos e quarenta e seis mil, oitocentos e setenta e um reais e oitenta centavos)**.

3.2. Os preços finais unitários e totais propostos pelos licitantes não poderão ultrapassar os preços unitários e totais apurados pela Administração, sob pena de desclassificação da proposta.

3.3. No preço total do objeto deverão estar inclusos todos os tributos (impostos, taxas e contribuições), sejam federais, estaduais e municipais, bem como frete, comissões, pessoal, embalagem,

seguros, encargos sociais e trabalhistas, assim como demais insumos inerentes que incidam ou venham a incidir sobre o objeto, sejam de que naturezas forem.

4. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. Os recursos financeiros para fazer face às despesas decorrentes da contratação correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

Unidade Gestora	43008	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CARUARU
Unidade Orçamentária	31002	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CARUARU
Função	10	SAÚDE
Subfunção	302	ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL
Programa	1002	ASSISTÊNCIA DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE HOSPITALAR E AMBULATORIAL
Ação	2. 1023	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE ASSISTÊNCIA DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE HOSP E AMBULATORIAL
Fonte de recurso	151	Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - União
Fonte de recurso	103	Impostos e Transferências Saúde.
Classificação da despesa	3.3.90.30.00	Material de Consumo

11000 - Secretaria de Educação e Esportes

11001 -Secretaria de Educação e Esportes

12.306.1210.2.128 – Suporte as Atividades do Programa Nacional de Alimentação Escolar

3.3.90.30.00 – Material de Consumo

Fonte de Recurso: 101 – Recursos Próprios

Fonte de Recurso: 111 – Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE

Fonte de Recursos: 109 - Recursos do Salário Educação

43 – Secretaria de Assistência Social e Combate a Fome; 34001-SAS; 8.122.801.2.5001- Manutenção das atividades da SAS; 3.3.90.30.00 Material de consumo; Fonte de recursos: 101 – Recursos Próprios;

43 – Fundo Municipal de Assistência Social; 34002-FMAS; 8.122.826.2.5037- Suporte as atividades do FMAS; 3.3.90.30.00 Material de consumo; Fonte de recursos: 101– Recursos Próprios;

43 – Fundo Municipal de Assistência Social; 34002-FMAS; 8.243.803.2.5035 –Suporte às Atividades de Acolhimento Institucional e Familiar para Crianças e Adolescentes; 3.3.90.30.00 – Material de consumo; Fonte de recursos: 125 – Recursos do FNAS; 128 – Transferências dos Fundos Estaduais de Assistência Social; 101 – Recursos Próprios;

43 – Fundo Municipal de Assistência Social; 34002-FMAS; 8.243.803.2.5040 – Suporte aos Serviços de Média Complexidade; 3.3.90.30.00 – Material de consumo; Fonte de recursos: 125 – Recursos do FNAS; 128 – Transferências dos Fundos Estaduais de Assistência Social; 101- Recursos Próprios.

43 – Fundo Municipal de Assistência Social; 34002-FMAS; 8.244.803.2.7012 – Suporte às Atividades de Acolhimento Institucional para Jovens, Adultos, Idosos e Famílias; 3.3.90.30.00 – Material de consumo; Fonte de recursos: 125 – Recursos do FNAS; 128 – Transferências dos Fundos Estaduais de Assistência Social; 101- Recursos Próprios; 116 – Transferência de Convênio Vinculados à Assistência Social;

43 – Fundo Municipal de Assistência Social; 34002-FMAS; 8.244.802.2.5003 Serviço de Proteção e Atendimento Integral a Família – PAIF- desenvolvidos nos CRAS; 3.3.90.30.00 – Material de consumo; Fonte de recursos: 125 – Recursos do FNAS; 128 – Transferências dos Fundos Estaduais de Assistência Social; 101 –Recursos Próprios;

43 – Fundo Municipal de Assistência Social; 34002-FMAS; 8.244.802.2.5039 Manutenção das atividades do SCFV; 3.3.90.30.00 – Material de consumo; Fonte de recursos: 125 – FNAS; 101- Recursos Próprios;

43 – Fundo Municipal de Assistência Social; 34002-FMAS; 8.244.806.2.5059 Suporte as Atividades vinculadas ao Bolsa Família; 3.3.90.30.00 – Material de consumo; Fonte de recursos: 125 – FNAS; 101 – Recursos Próprios;

43 – Fundo Municipal de Assistência Social; 34002-FMAS; 8.306.802.2.7011 – Suporte as Atividades do Programa de Segurança Alimentar e Nutricional; 3.3.90.30.00 – Material de consumo; Fonte de recursos: 125 – Recursos do FNAS; 128 – Transferências dos Fundos Estaduais de Assistência Social; 101- Recursos Próprios. (Cozinha Comunitária)

5. COMPONENTES DESTE EDITAL

5.1. Constituem anexos deste Edital, e dele fazem parte integrante, os seguintes anexos:

- 5.1.1. Termo de Referência **(ANEXO I)**.
- 5.1.2. Modelo de Proposta de preços **(ANEXO II)**.
- 5.1.3. Modelo de Declarações **(ANEXO III)**.
- 5.1.4. Minuta de Ata de Registro de Preço **(ANEXO IV)**.
- 5.1.5. Minuta de Contrato **(ANEXO V)**.

6. REGULAMENTO OPERACIONAL DO CERTAME

6.1. O certame será conduzido pela **AGENTE DE CONTRATAÇÃO/PREGOEIRA** que terá, em especial, as seguintes atribuições:

- 6.1.1. Acompanhar os trabalhos da equipe de planejamento e contratação;
- 6.1.2. Responder as questões formuladas pelos interessados, relativas ao certame;
- 6.1.3. Abrir as propostas de preços;
- 6.1.4. Analisar a aceitabilidade das propostas;
- 6.1.5. Desclassificar propostas indicando os motivos;
- 6.1.6. Conduzir os procedimentos relativos aos lances e à escolha da proposta do lance de menor preço;
- 6.1.7. Verificar a habilitação da LICITANTE classificada em primeiro lugar;
- 6.1.8. Declarar a vencedora;
- 6.1.9. Receber, examinar e decidir sobre a pertinência dos recursos;
- 6.1.10. Elaborar a ata da sessão;
- 6.1.11. Encaminhar o processo à autoridade superior para adjudicar e homologar a licitação.

6.2. Do Credenciamento:

- 6.2.1. O Pregão Eletrônico será realizado em sessão pública, por meio da internet, mediante condições de segurança (criptografia e autenticação) em todas as suas fases.
- 6.2.2. Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados na participação da Concorrência Eletrônica deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal (intransferíveis), obtidas através do **Portal de Compras do Governo Federal**, no sítio www.gov.br/compras/pt-br, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.
- 6.2.3. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como, seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao

Município de Caruaru/PE, ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação, a responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido do acesso.

- 6.2.4.** O credenciamento do licitante e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para a realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico. A participação no Pregão Eletrônico se dará por meio da digitação da senha pessoal do credenciado e subsequente encaminhamento da proposta de preços e documentos de habilitação, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observando data e horário limite estabelecido.
- 6.2.5.** O encaminhamento de proposta pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas neste Edital.
- 6.2.6.** É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sistema da PLATAFORMA DA LICITAÇÃO e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

7. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

7.1. Poderão participar deste Certame:

- 7.1.1.** Poderão participar deste Pregão Eletrônico interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de processamento deste certame.
- 7.1.2.** Os licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao Sistema, se for exigido.
- 7.1.3.** A participação no Pregão Eletrônico se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, observados data e horário limite estabelecidos.
- 7.1.4.** O encaminhamento de proposta pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas neste Edital. O fornecedor será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.
- 7.1.5.** Caberá ao fornecedor acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

7.2. Não poderão participar desta licitação:

- 7.2.1.** Empresa suspensa ou impedida de participar de licitação e impedida de contratar com o Município de Caruaru-PE, durante o prazo da sanção aplicada;
- 7.2.2.** Empresa declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação;
- 7.2.3.** Empresa proibida de contratar com o Poder Público, em razão do disposto no art. 72, § 8º, V, da Lei n.º 9.605/1998;

- 7.2.4. Empresa proibida de contratar com o Poder Público, nos termos do art. 12 da Lei n.º 8.429/1992;
- 7.2.5. Quaisquer interessados enquadrados nas vedações previstas no art. 9º, §1º, da Lei n.º 14.133/2021;
- 7.2.6. Entende-se por “participação indireta” a que alude o art. 9º §1º, da Lei n.º 14.133/2021 a participação no certame de empresa em que uma das pessoas listadas no mencionado dispositivo legal figure como sócia, pouco importando o seu conhecimento técnico acerca do objeto da licitação ou mesmo a atuação no processo licitatório;
- 7.2.7. Empresa que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
- 7.2.8. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;
- 7.2.9. Interessados que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 14 da Lei nº 14.133/2021;
- 7.2.10. Interessados que tenham em seu quadro empregados menores de 18 (dezoito) anos efetuando trabalho noturno, perigoso ou insalubre ou, ainda, empregados com idade inferior a 16 (dezesesseis) anos efetuando qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos;
- 7.2.11. Empresas que estejam sob falência, concurso de credores ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação;
- 7.2.11.1. Empresas que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação. As licitantes que estiverem em recuperação judicial devem, na fase de habilitação, apresentar o plano de recuperação já homologado em juízo, devendo este ser comprovado por certidão emitida pela instância judicial competente que certifique que a empresa está apta econômica e financeiramente a cumprir com as obrigações a serem assumidas.
- 7.2.12. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário)
- 7.2.13. Sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum.
- 7.3. Como condição para participação neste Pregão Eletrônico, o licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:
- a) **Que não incorro nas condições do art. 14 da Lei Federal nº. 14.133/2021;**
 - b) Que atendo aos requisitos de habilitação, conforme disposto no art. 63, inciso I, da Lei Federal nº. 14.133/2021;
 - c) Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme art. 63, inciso IV, da Lei Federal nº. 14.133/2021;
 - d) Que a proposta apresentada para essa licitação está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório e me responsabilizo pela veracidade e autenticidade dos documentos apresentados.
 - e) Que minha proposta econômica compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega da proposta, conforme art. 63, §1º, da Lei Federal nº.14.133/2021;
 - f) Que estou ciente do edital e concordo com as condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, conforme o art. 67, inciso VI, da Lei Federal nº. 14.133/2021;

- g) para fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei nº. 14.133/2021, que não emprego menor de 18 (dezoito) anos, salvo menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz, nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º. Da Constituição Federal/88.
- h) Que não possuo, em minha cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 11º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal/88.
- I) Declaro para os devidos fins legais, sem prejuízo das sanções e multas previstas neste ato convocatório, estar enquadrado como ME/EPP/COOPERATIVA, conforme a Lei Complementar nº.123/2006, cujos termos declaro conhecer na íntegra, estando apto, portanto, a exercer o direito de preferência. () sim, ME; () sim, EPP; () não, outros enquadramentos.
- II) O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133/2021.

7.4. Em havendo dúvidas sobre o enquadramento da(s) licitante(s) na condição de Microempresa(s) - ME ou Empresa(s) de Pequeno Porte - EPP, poderá a Administração Municipal, a critério exclusivo da **Agente de Contratação/Pregoeira**, realizar pesquisas pertinentes nos sistemas de pagamentos da Administração Pública, e/ou solicitar da(s) participante(s) a apresentação de documentos contábeis aptos a demonstrar a correção e veracidade de sua declaração para qualificação como ME ou EPP, para fins de usufruir dos benefícios da LC 123/2006.

7.4.1. A mera participação de licitante como microempresa ou empresa de pequeno porte, amparada em declaração falsa, configurará fraude à presente licitação e ensejará a aplicação das penalidades previstas na lei, não sendo necessário, para a configuração do ilícito, que a empresa obtenha a vantagem esperada.

7.5. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

8. DA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (LEI COMPLEMENTAR Nº 123, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006)

8.1. Uma vez encerrada a etapa de lances, o sistema identificará as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

8.2. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

8.3. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 3 (três) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

8.4. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresas e empresas de

pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

8.5. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

9. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA NO SISTEMA ELETRÔNICO

9.1. O licitante **deverá** enviar sua proposta mediante o preenchimento até a data e horário marcados para abertura da sessão pública, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

- 9.1.1. Valor **TOTAL** do item.
- 9.1.2. Marca dos produtos ofertados, à qual ficará vinculado.
- 9.1.3. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, prazo de validade ou de garantia;
- 9.1.4. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

9.2. Ao preencher as especificações, será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

9.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços ou sobre fornecimento de bens.

9.4. Os encargos trabalhistas acima declarados como inclusos na proposta compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

9.5. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

9.6. A licitante beneficiária da isenção de ICMS de que trata o art. 9º da Lei nº 15.730/2016 c/c o art. 63 do Anexo 7 do Decreto Estadual nº 44.650/17 (Convênio ICMS 73/04) deverá apresentar sua proposta desonerada do tributo, discriminando, expressa e obrigatoriamente, o percentual de dedução da isenção fiscal.

9.7. O prazo de validade da proposta **não será inferior a 90 dias**, a contar da data de sua apresentação, independente de declaração da licitante.

9.8. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.

9.9. No caso de alguma inconsistência no descritivo dos itens entre o Edital e o constante na plataforma deste Pregão Eletrônico, deverá ser considerado o descritivo do Edital.

10. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

10.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura

da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio da proposta de preços.

10.2. O envio da proposta, dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha, intransferíveis.

10.3. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública deste Pregão Eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

10.4. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

10.5. Os documentos que compõem a proposta do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação da **Agente de Contratação/Pregoeira** e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

10.6. Os documentos de habilitação serão solicitados do licitante previamente classificado.

10.7. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema.

11. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

11.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, conduzida pelo **Agente de Contratação/Pregoeira**, na data e horário local indicados no preâmbulo deste Edital, no sistema eletrônico www.gov.br/compras/pt-br

11.2. A **Agente de Contratação/Pregoeira** verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis, ilegalidades, ou não apresentem as especificações exigidas no Termo de Referência.

11.3. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

11.4. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

11.5. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

11.6. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre a **Agente de Contratação/Pregoeira** e os licitantes.

11.7. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

11.7.1.1 O lance deverá ser ofertado pelo VALOR TOTAL do item.

11.8. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

11.9. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

11.9.1. A **licitante** poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável

11.10. Durante o transcurso da sessão, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, mantendo-se em sigilo a identificação da ofertante.

11.11. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os critérios de desempate previstos no art. 60 da Lei n. 14.133/2021.

11.12. Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade da licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.

11.13. Durante a fase de lances, a **Agente de Contratação/Pregoeira** poderá excluir, justificadamente, proposta ou lance cujo valor seja manifestamente inexecutável.

11.14. Se ocorrer a desconexão da **Agente de Contratação/Pregoeira** no decorrer da etapa de lances, e o sistema eletrônico permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

11.15. No caso de a desconexão da **Agente de Contratação/Pregoeira** persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública do Pregão será suspensa e reiniciada somente decorridas 24 (vinte e quatro) horas após a comunicação expressa do fato aos participantes no site www.gov.br/compras/pt-br.

11.16. Será adotado para o envio de lances o modo de disputa "**ABERTO**", em que as licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

11.17. Do modo de disputa aberto seguirá a seguinte ordem de etapas:

11.17.1. A etapa de lances na sessão pública durará 10 (dez) minutos, e após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema eletrônico quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública;

11.17.2. O intervalo de diferença entre os lances deverá ser de, no mínimo, 1,0% (um por cento), tanto em relação aos lances intermediários, quanto em relação do lance que cobrir a melhor oferta.

11.17.3. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o **Agente de Contratação/Pregoeira** poderá admitir, por uma única vez, o reinício da disputa aberta para a definição das demais colocações.

11.17.3.1. Preenchido o requisito definido nesta subcondição, caso o **Agente de Contratação/Pregoeira** decida não reiniciar a disputa aberta, deverá apresentar as justificativas que fundamentaram essa decisão.

11.17.3.2. Ocorrendo o reinício previsto nesta subcondição, as **licitantes** serão convocadas para apresentar lances intermediários, podendo optar por manter o seu último lance, ou por ofertar lance de valor inferior.

11.17.3.3. Encerrada a etapa de que trata o subitem 11.18.3.2, o sistema ordenará e divulgará os lances em ordem crescente, de vantajosidade, que se dará, conforme o critério de julgamento adotado de vantajosidade, que se dará, conforme o critério de julgamento de **MENOR PREÇO UNITÁRIO**.

11.18. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

12. DA NEGOCIAÇÃO

12.1. Após o encerramento da fase de disputa, o **Agente de Contratação/Pregoeira** poderá negociar os preços apresentados pelas licitantes, podendo encaminhar contraproposta diretamente àquela que tenha apresentado o lance mais vantajoso, observado o critério de julgamento e o valor máximo fixado para a contratação.

12.2. A negociação será realizada por meio do sistema eletrônico, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.

12.3. O resultado da negociação será registrado na ata da sessão pública e divulgado a todos os licitantes.

12.4. Se, após a negociação, a licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar não oferecer proposta compatível com o valor máximo fixado para a contratação, será desclassificada da licitação.

12.5. Os preços finais, unitários e totais, propostos pelos licitantes não poderão ultrapassar o preço unitário e global estimado pela Administração, sob pena de desclassificação da proposta.

12.6. No critério de julgamento pelo maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar o valor máximo do orçamento estimado.

12.7. No caso previsto no item 12.4, o **Agente de Contratação/Pregoeira** buscará negociar com as licitantes subsequentes, na ordem de classificação, buscando obter proposta com valor, no mínimo, igual ao previsto no orçamento estimado.

12.8. O sistema eletrônico informará a proposta de menor preço ou maior desconto imediatamente após o encerramento da etapa de lances ou, quando for o caso, após negociação promovida pelo **Agente de Contratação/Pregoeira**.

13. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

13.1. A licitante mais bem classificada deverá encaminhar a proposta de preço adequada ao último lance, devidamente preenchida na forma do Anexo II – Modelo de Proposta de Preços, em arquivo único, no prazo de **2 (duas) horas**, prorrogável por igual período, contado da convocação efetuada pelo **Agente de Contratação/Pregoeira** por meio da opção “Enviar Anexo” no sistema www.gov.br/compras/pt-br.

13.1.1 A prorrogação de prazo de envio da proposta somente poderá ocorrer por solicitação da licitante, mediante justificativa aceita pela Pregoeira; ou de ofício, a critério da Pregoeira, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos exigidos no Edital para a verificação de conformidade.

13.2. A **Agente de Contratação/Pregoeira** verificará no Portal da Transparência do Governo Federal, no endereço eletrônico <http://www.portaldatransparencia.gov.br>, e no Portal da Transparência do Poder Judiciário, no endereço eletrônico www.portaltransparencia.jus.br, se o somatório de ordens bancárias recebidas pela licitante mais bem classificada, relativas ao último exercício e ao exercício corrente, até o mês anterior ao da data da licitação, fixada no preâmbulo deste Edital, já seria suficiente para extrapolar o faturamento máximo permitido, conforme art. 3º da Lei Complementar n. 123/2006.

13.3. A **Agente de Contratação/Pregoeira** examinará a proposta mais bem classificada quanto à compatibilidade do preço ofertado com o valor estimado e à compatibilidade da proposta com as especificações técnicas do objeto.

13.4. A **Agente de Contratação/Pregoeira** poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal do Município de Caruaru ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele, para orientar sua decisão.

13.4.1. A **Agente de Contratação** poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal da Prefeitura de Caruaru ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ela, para orientar sua decisão.

13.4.2. Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.

13.4.3. Não se admitirá proposta que apresente valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da licitante, para os quais ela renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração.

13.4.4. Não serão aceitas propostas com valor unitário ou global superior ao estimado.

13.4.5. Os critérios de aceitabilidade são cumulativos, verificando-se tanto o valor global quanto os valores unitários estimativos da contratação.

13.5. Será desclassificada a propostas que:

13.5.1. Contiver vícios insanáveis;

13.5.2. Não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste Edital;

13.5.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecer acima do orçamento estimado para a contratação;

13.5.4. Não tiver sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pelo Agente da Contratação;

13.5.4.1. Considerar-se-á inexequível a proposta que não venha a ter demonstrada sua viabilidade por meio de documentação que comprove que os custos envolvidos na contratação são coerentes com os de mercado do objeto deste Pregão.

13.5.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital, desde que insanável;

13.5.6. apresentem valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da licitante, para os quais ela renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração;

13.5.7. Não corrigir ou não justificar eventuais falhas apontadas pelo **Agente de Contratação/Pregoeira**.

13.6. A licitante que abandonar o certame, deixando de enviar a documentação indicada neste Edital, será desclassificada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste instrumento convocatório.

13.7. Se a proposta não for aceitável, se a licitante não atender às exigências de habilitação, ou, ainda, se a amostra for rejeitada, a **Agente de Contratação/Pregoeira** examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da proposta que melhor atenda a este Edital.

13.8. Classificada a proposta, a **Agente de Contratação/Pregoeira** dará início à fase de habilitação da licitante classificada em primeiro lugar, mediante a verificação da documentação exigida neste Edital.

13.9. Deverão ser levados em consideração os elementos a seguir na elaboração das propostas:

- 13.9.1.** As propostas deverão ter validade de, no mínimo, **90 (noventa) dias**, contados da data de abertura da sessão pública a ser estabelecida no preâmbulo do Edital, independente de declaração da licitante.
- 13.9.2.** Valor unitário e valor total dos itens, com apenas duas casas decimais após a vírgula;
- 13.9.3.** Não se admitirá proposta que não observe a desoneração do ICMS quando se tratar de hipótese enquadrada na isenção prevista no Decreto Estadual nº 44.650/2017 (Convênio ICMS 73/04).

14. DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

14.1. Será exigida a apresentação dos documentos de habilitação **apenas da licitante** cuja proposta tenha sido aceita na fase de julgamento.

14.2. Os documentos **deverão ser incluídos em formato digital** no Sistema no prazo de **02 (duas) horas** corridas, prorrogável por igual período, contado a partir da convocação do **Pregoeiro**.

- 14.2.1.** A prorrogação de prazo de envio da documentação somente poderá ocorrer por solicitação da licitante, mediante justificativa aceita pelo Pregoeiro; ou de ofício, a critério do Pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos exigidos no Edital para a verificação de conformidade.

14.3. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante, o **Agente de Contratação/Pregoeira** verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

- 14.3.1.** Sistema de Cadastramento de Fornecedores;
- 14.3.2.** Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>)

14.4. Constatada a existência de sanção que impeça a participação ou contratação, a **Agente de Contratação/Pregoeira** reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

14.5. Os documentos declaratórios, incluindo a proposta, serão aceitos após o encaminhamento em campo do sistema ou por e-mail, a partir de endereço de correio eletrônico cadastrado no sistema e próprio do licitante. Havendo dúvida em relação à integridade do documento digital, poderá ser solicitada pela **Agente de Contratação/Pregoeira** a apresentação do original.

14.6. A licitante classificada provisoriamente em primeiro lugar **deverá apresentar** os seguintes documentos, nos termos e prazo previstos neste Edital:

14.7. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

14.7.1. Em se tratando de sociedades comerciais ou empresa individual de responsabilidade limitada: ato constitutivo em vigor, devidamente registrado, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores

14.7.2. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

14.7.3. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

14.7.4. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

14.7.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

14.7.6. decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;

14.8. HABILITAÇÃO TÉCNICA:

14.8.1. A licitante deverá apresentar, Licença de Funcionamento emitida pela Vigilância Sanitária do Município de Caruaru para empresas sediadas nesta Cidade ou pela Prefeitura relativa à sede ou domicílio da empresa, ou ainda pela Vigilância Sanitária do Estado, em plena validade.

14.8.2. Como evidência da qualificação técnica, uma comissão formada por membros técnicos da SMS e SEDUC, emitirá Parecer com as conclusões da análise documental apresentada por cada empresa classificada.

14.9. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

Os documentos relativos as documentações fiscais só serão exigidos do licitante vencedor no momento da entrega da proposta ajustada, sendo:

14.9.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ/MF);

14.9.2. Prova de regularidade fiscal perante a **Fazenda Nacional**, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

14.9.3. Prova de regularidade com o **Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)**;

14.9.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

14.9.5. Prova de regularidade com a **Fazenda Estadual** do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

14.9.6. Prova de regularidade com a **Fazenda Municipal** do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

14.9.6.1. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Municipal do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

14.10. HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

14.10.1.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

12.14.1.1.1 Nos casos em que a Certidão de Falência apresentada no certame não abranger os processos distribuídos de forma eletrônica, a exemplo do Estado de Pernambuco, a empresa deverá apresentar, na forma do 64 da Lei Federal nº 14.133/2021, a Certidão Negativa também referente aos Processos Eletrônicos.

14.10.2. Caso o licitante não logre comprovar o atendimento cumulativo dos requisitos de qualificação técnica e econômico-financeira para todos os itens/lotos em que seja classificado provisoriamente em primeiro lugar, caberá a Administração definir, considerando a maior economia obtida em valores absolutos de cada item/lote, os respectivos itens/lotos para os quais o licitante será habilitado.

14.10.3. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por microempresa, empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, ou, na hipótese de **inversão de fases**, da classificação final dos licitantes, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

14.10.4. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

14.10.5. Será inabilitado a licitante que deixar de apresentar quaisquer documentos exigidos ou apresentá-los em desacordo com as exigências deste Edital, ressalvadas as restrições relativas à regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

14.10.6. Em se tratando de filial, os documentos de habilitação jurídica e regularidade fiscal deverão estar em nome da filial, exceto aqueles que, pela própria natureza, são emitidos somente em nome da matriz.

14.10.7. Para fins de habilitação, a verificação pela **Agente de Contratação/Pregoeira** nos sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões, constitui meio legal de prova.

14.10.8. Inexistindo preceito legal ou prazo de validade fixado no próprio instrumento, os documentos/certidões serão considerados válidos por um período de **90 (noventa) dias** contados da sua emissão, exceto quando se tratar de Certidão Negativa de Falência, que terá validade de 180 (cento e oitenta) dias da sua expedição.

14.10.9. Verificado o atendimento de todas as exigências contidas neste Edital e nos seus Anexos, a licitante será DECLARADA VENCEDORA do certame.

14.10.10. O Sistema lavrará ata circunstanciada da reunião, na qual serão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes e que, ao final, será assinada pelo **Agente de Contratação/Pregoeira**.

14.10.11. A habilitação poderá ser verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

14.11. Os documentos necessários para comprovar a habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista, previstos nos incisos I a VI do caput e nos §§ 1º e 2º do artigo 68 da Lei n. 14.133/2021, caso não estejam contemplados no Sicafe, e a documentação comprobatória das exigências de qualificação econômico-financeira e técnica da licitante, além de condições adicionais, eventualmente detalhadas nos itens a seguir, deverão ser enviados por meio da opção "Enviar Anexo" do sistema www.gov.br/compras/pt-br, quando solicitados pela **Agente de Contratação/Pregoeira**.

14.12. A **Agente de Contratação/Pregoeira** poderá consultar sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões, para verificar as condições de habilitação das **licitantes**.

14.12.1. Os documentos remetidos por meio da opção "Enviar Anexo" do sistema www.gov.br/compras/pt-br poderão ser solicitados em original ou por cópia autenticada a qualquer momento, em prazo a ser estabelecido pelo **Agente de Contratação/Pregoeira**.

14.12.2. Os originais ou cópias autenticadas, caso sejam solicitados, deverão ser encaminhados à Unidade de Contratação – UC-Educação, situada no **Centro Administrativo I**, localizado na Rua Professor Lourival Vilanova, nº 118 – Universitário, Caruaru/PE.

14.13. Os documentos originais eletrônicos devem ser assinados por meio de certificado digital pertencente à cadeia de chaves públicas ICP-Brasil e apresentados conforme item anterior.

14.14. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

14.15. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

14.16. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

15. DA AMOSTRA

15.1. A critério do Grupo Técnico composto por nutricionistas dos Departamentos de Alimentação/Nutrição dos órgãos da Administração Municipal, e mediante justificativa técnica, **poderá** ser solicitada do licitante melhor classificado para o respectivo item a apresentação de **amostra** correspondente a **01 (uma) unidade de cada produto para o qual apresentou o melhor preço**.

15.2. A amostra deverá indicar o Órgão Fiscalizador Federal (S.I.F), Estadual (S.I.E) ou Municipal (S.I.M) autorizante, conforme o caso, e comprovar que o transporte e a comercialização estão liberados pela ADAGRO ou outro órgão competente. Quando aplicável, deverá conter registro de inspeção que ateste a isenção do microrganismo Salmonella.

15.3. A amostra deverá ser apresentada no prazo de **até 02 (dois) dias úteis** após a convocação formal realizada pela Comissão de Contratação, no Departamento de Nutrição/Alimentação da **SEDUC**, localizado na **Avenida Edinalva Bernardo Siqueira, Loteamento Parque Residencial, Lotes 0001 e 0002, Bairro Nova Caruaru, Caruaru/PE**, ou em outro endereço especificado na convocação.

15.4. A avaliação das amostras será realizada com base em critérios objetivos previamente definidos pela Administração, considerando aspectos de qualidade, conformidade com as especificações técnicas do edital e segurança alimentar, de modo a evitar a aquisição de produtos inadequados ao consumo.

15.5. A não apresentação da amostra no prazo estipulado ou a sua reprovação pela equipe técnica poderá resultar na **desclassificação do licitante** para o respectivo item, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas no edital e no contrato.

15.6. Quando as amostras forem solicitadas devem vir relacionadas por itens, em papel timbrado ou com carimbo da empresa classificada em primeiro lugar (Razão Social, CNPJ, Endereço) e apresentadas nas embalagens originais de fabricação e/ou fichas técnicas com as respectivas fotos;

15.7. As amostras serão analisadas pelo Grupo Técnico, emitindo-se ao fim das avaliações Parecer Técnico circunstanciado pelas nutricionistas Responsáveis Técnicas, com vistas a confirmar a compatibilidade do objeto ofertado com a especificação constante neste Termo de Referência e no instrumento convocatório;

15.8. A licitante que não apresentar a amostra do objeto no prazo estabelecido no item acima, conforme discriminação constante neste Termo de referência, será desclassificada do certame, e será convocado o segundo colocado, e assim sucessivamente, até que a amostra atenda às especificações constantes no presente Termo de Referência e no Edital;

15.9. O objeto apresentado como amostra poderá ser submetido a testes necessários. Será rejeitada a amostra que for de qualidade inferior em relação às especificações constantes neste Termo de Referência;

15.10. Todas as amostras apresentadas ficarão retidas na SEDUC.

16. DO SANEAMENTO DA PROPOSTA E DA HABILITAÇÃO

16.1. Durante as fases de julgamento e de habilitação, a **Agente de Contratação/Pregoeira**, mediante decisão fundamentada, poderá realizar diligências para sanear erros ou falhas que não alterem a

substância das propostas e a validade jurídica dos documentos de habilitação, devendo registrá-las em ata acessível aos licitantes.

16.2. Fica vedada a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

- a) complementação de informações ou esclarecimentos adicionais acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes;
- b) atualização de documentos cuja validade tenha expirado;
- c) comprovação de situação fática preexistente à época da abertura do certame.

16.3. Para os fins do disposto na alínea “c”, é lícita a juntada de certidão ou atestado ou qualquer outro documento ou informação exigida não anexados à documentação originalmente apresentada, desde que se refiram inequivocamente a condição adquirida pelo licitante antes da abertura do certame.

16.4. Na falta de documentos de habilitação que consistam em mera declaração da licitante sobre fato preexistente ou em simples compromisso por ela firmado, poderá ser concedido prazo para saneamento da falha.

16.5. A realização de diligências não confere à licitante novo prazo ou oportunidade de obter condição ou requisito que antes não detinha, nem autoriza a **Agente de Contratação/Pregoeira** a fazer exigências novas não previstas no edital.

16.6. Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares à proposta e à habilitação, os documentos deverão ser apresentados em formato digital, via plataforma do **Portal de Compras do Governo Federal** (www.gov.br/compras/pt-br), ou para o e-mail indicado no Preâmbulo deste Edital no caso de funcionalidade técnicas não permitam a anexação no referido sistema, no prazo de 01 (um) dia útil, se outro prazo não for fixado pela **Agente de Contratação/Pregoeira**, observado em todos os casos os princípios da celeridade processual e o interesse público.

16.7. Sendo necessária a suspensão da sessão pública para a realização de diligências, o reinício se dará mediante aviso prévio no **Portal de Compras do Governo Federal** (www.gov.br/compras/pt-br), com, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata.

17. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

17.1. Os esclarecimentos de dúvidas quanto a este Edital e seus anexos poderão ser solicitados por qualquer pessoa até **03 (três) dias úteis** antes da data fixada para recebimento das propostas. Os pedidos de esclarecimentos e impugnações deverão ser feitos exclusivamente através do email: uceducacao.caruaru@gmail.com.

17.2. As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados vincularão os participantes e a Administração e serão disponibilizadas no sistema eletrônico para os interessados, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

17.3. Acolhida a impugnação contra este Edital, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

17.4. Não serão conhecidas impugnações apresentadas intempestivamente ou em desacordo com as regras estabelecidas neste Edital.

17.5. A **Agente de Contratação/Pregoeira** poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do Edital e dos anexos.

18. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

18.1. Qualquer licitante poderá, no prazo de **10 (dez) minutos**, registrar sua intenção de recorrer em campo próprio do sistema, ao final da fase de julgamento e do ato de habilitação ou inabilitação.

18.2. As razões do recurso deverão ser apresentadas em momento único, em campo próprio no sistema, no prazo de **03 (três) dias úteis**, contados a partir do momento da declaração do(s) vencedor(es).

18.3. As razões do recurso e das contrarrazões deverão ser anexadas em campo próprio do sistema eletrônico.

18.4. A falta de manifestação imediata da intenção recursal importará preclusão e a adjudicação do objeto à licitante vencedora.

18.5. Os demais interessados ficam, desde logo, intimados a apresentar contrarrazões no prazo de 03 (três) dias úteis, que começarão a correr após o término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

18.6. O recurso terá efeito suspensivo até a decisão final da autoridade competente e o seu acolhimento importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

18.7. As decisões dos recursos da fase de habilitação serão divulgadas no sistema do **Portal de Compras do Governo Federal** (www.gov.br/compras/pt-br).

18.8. Não serão conhecidos recursos apresentados em desacordo com as regras estabelecidas neste item ou fora do prazo e horário legal ou, ainda, subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente.

18.9. Decididos os recursos, a autoridade competente fará a adjudicação do objeto da licitação à licitante vencedora.

18.10. Verificada a regularidade dos procedimentos, a **Agente de Contratação/Pregoeira** encaminhará o processo à autoridade competente para a homologação.

18.11. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

18.12. Após a fase recursal, a **Agente de Contratação/Pregoeira** poderá negociar diretamente com a LICITANTE VENCEDORA, no sentido de se obter o melhor preço para a Administração.

19. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

19.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

19.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

19.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

19.2.A Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

19.3.A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), e-mail ou publicação em diário oficial do município, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

19.4.A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no **Portal de Compras do Governo Federal** (www.gov.br/compras/pt-br) na proposta/documentação de habilitação apresentada nos autos pela licitante, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

20. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

20.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato da Autoridade competente, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

20.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

21. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

21.1. O município de Caruaru-PE, através da Secretaria de Administração, é o órgão gerenciador responsável pela condução do conjunto de procedimentos para registro de preços e gerenciamento da Ata de Registro de Preços.

21.2.A **licitante** não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto neste Edital.

21.3. Por ocasião da homologação da licitação, com o objetivo de formação de cadastro de reserva, para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da Ata de Registro de Preços, será nela incluído, na forma de anexo, o registro:

21.3.1. Das **licitantes não desclassificadas** que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais aos da **adjudicatária**, observada a classificação na licitação; e

21.3.2. Das **licitantes não desclassificadas** que mantiverem sua proposta original.

21.4. Homologado o resultado deste **Pregão**, a **licitante mais bem classificada** será convocada para assinar a Ata de Registro de Preços, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contado da data do recebimento do documento oficial de convocação.

21.4.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado, uma única vez, por igual período, mediante solicitação da **licitante mais bem classificada**, desde que ocorra motivação apresentada dentro do prazo e a justificativa seja aceita pelo Município de Caruaru-PE.

21.4.2. Na hipótese de a convocada não assinar a Ata de Registro de Preços no prazo e condições estabelecidos, fica facultado ao Município de Caruaru-PE convocar as **licitantes remanescentes** do cadastro de reserva para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pela primeira classificada.

21.4.2.1. Caso as **licitantes remanescentes** não aceitem a contratação no mesmo prazo de convocação e nas condições propostas pela primeira classificada, o Município de Caruaru-PE poderá negociar preço melhor, ainda que acima do ofertado pela **adjudicatária**.

21.4.2.2. Quando frustrada a negociação, o Município de Caruaru-PE poderá adjudicar e contratar nas condições ofertadas pelas **licitantes remanescentes**.

21.5. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

21.6. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no Plano Nacional de Contratações Públicas - PNCP, e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovado que o preço é vantajoso.

21.7. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos estabelecidos na Ata de Registro de Preços.

21.8. Durante a vigência da Ata, os preços registrados serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses decorrentes e devidamente comprovadas das situações previstas no art. 36 do Decreto Municipal n. 010/2024.

21.8.1. Nessa hipótese, a Administração, por razão de interesse público, poderá optar por cancelar a Ata, facultando-se à Administração, independentemente do cancelamento da Ata e a qualquer tempo, iniciar outro processo licitatório.

21.9. Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado, por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará o **fornecedor** para negociar a redução do preço registrado.

21.9.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o **fornecedor** será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

21.9.2. Na hipótese prevista na subcondição anterior, o órgão gerenciador convocará as **licitantes remanescentes** do cadastro de reserva, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado.

21.10. Quando o preço de mercado se tornar superior ao preço registrado e o compromisso firmado não puder ser cumprido, o **fornecedor** poderá requerer ao órgão gerenciador a alteração do preço registrado.

21.10.1. O **fornecedor** encaminhará, juntamente ao pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

21.10.2. Caso o pedido seja deferido, o órgão gerenciador atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados no mercado.

21.10.3. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão gerenciador e o **fornecedor** deverá cumprir o compromisso assumido, sob pena de cancelamento do seu registro, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei n. 14.133/2021.

21.10.3.1. Se houver o cancelamento do registro do **fornecedor**, o órgão gerenciador convocará as **licitantes remanescentes** do cadastro de reserva, para verificar se aceitam manter seus preços registrados.

21.11. Não havendo êxito nas negociações relativas aos ajustes aos valores praticados no mercado, o órgão gerenciador procederá ao cancelamento da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

21.12. O registro do **fornecedor** será cancelado e formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurados o contraditório e a ampla defesa, quando este:

21.12.1. Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços sem motivo justificado;

21.12.2. Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

21.12.3. Não aceitar manter o seu preço registrado, na hipótese de indeferimento do pedido de alteração pelo órgão gerenciador, não comprovando a existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado em relação ao praticado no mercado;

21.12.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei n. 14.133/2021.

21.12.4.1. Caso a sanção aplicada ao **fornecedor** não ultrapasse o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, o órgão gerenciador poderá, mediante decisão fundamentada, manter o registro de preços, vedadas novas contratações derivadas da Ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

21.13. Qualquer convocação de **licitantes remanescentes** do cadastro de reserva deverá observar a ordem de classificação, a compatibilidade dos preços registrados com o valor estimativo da contratação e as exigências de habilitação e de aceitabilidade da proposta previstas no Edital.

21.14. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo órgão gerenciador, na Ata de Registro de Preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

21.14.1. Por razão de interesse público;

21.14.2. A pedido do **fornecedor**, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

21.14.3. Se não houver êxito nas negociações para alteração dos preços registrados aos praticados no mercado.

21.15. Em qualquer das hipóteses anteriores que impliquem a alteração da Ata de Registro de Preços, concluídos os procedimentos de ajuste, o Município de Caruaru-PE fará o devido apostilamento na Ata e informará às **licitantes** a nova ordem de classificação.

21.16. A Ata de Registro de Preços decorrente desta licitação será encerrada, automaticamente, por decurso do prazo de sua vigência ou pela contratação da totalidade do objeto nela registrado.

22. DO CONTRATO

22.1. O município de Caruaru-PE, através da Secretaria de Administração, é o órgão gerenciador responsável pela condução do conjunto de procedimentos para registro de preços e gerenciamento da Ata de Registro de Preços.

22.2. Depois de assinada a Ata de Registro de Preços, o **fornecedor registrado** poderá ser convocado, a qualquer tempo durante a vigência da Ata, para retirar a nota de empenho, dentro do prazo de **5 (cinco) dias úteis**, contado da data do recebimento do documento oficial de convocação, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

22.3. Os encargos das partes bem como as normas relativas a recebimento do objeto, liquidação, pagamento, garantia contratual, sanções contratuais, alteração e rescisão contratual constam do termo de referência em anexo a este Edital.

22.4. O prazo para retirada da nota de empenho poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo **fornecedor registrado** durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pelo Município de Caruaru-PE.

22.5. Por ocasião da emissão da nota de empenho, verificar-se-á por meio do SICAF e de outros meios se a **licitante vencedora** mantém as condições de habilitação.

22.6. Quando a **licitante** convocada não retirar a nota de empenho, no prazo e nas condições estabelecidas, outra **licitante** poderá ser convocada, respeitada a ordem de classificação, para celebrar a contratação, nas condições propostas pela **licitante vencedora**.

22.6.1. Caso nenhuma das **licitantes** aceite a contratação nos termos descritos na condição acima, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital de licitação, poderá:

22.6.1.1. Convocar as **licitantes** remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;

22.6.1.2. Adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelas **licitantes** remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

22.7. Previamente à contratação a Administração realizará consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

22.8. Na assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital.

22.9. Para contratação do objeto desta licitação será emitido Boleto Bancário - DAM pela Secretaria da Fazenda Municipal/SEFAZ para pagamento da taxa de serviços administrativos, **instituída pelo Código Tributário Municipal**, nos moldes da tabela abaixo:

CONTRATOS COM O MUNICÍPIO (EMIÇÃO, RENOVAÇÃO E/OU ADITIVOS)	TAXA CORRESPONDENTE
Até R\$ 2.000,00	UFM s 20
De R\$ 2.000,01 até 5.000,00	UFM s 30
De R\$ 5.000,01 até 10.000,00	UFM s 50
De R\$ 10.000,01 até 20.000,00	UFM s 100
De R\$ 20.000,01 até 50.000,00	UFM s 200
De R\$ 50.000,01 até 100.000,00	UFM s 300
De R\$ 100.000,00	UFM s 500

*Cada UFM tem o valor atual de R\$ 3,81 (três reais e oitenta e um centavos).

23. DO REAJUSTE E REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

23.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual e reequilíbrio econômico-financeiro estão estabelecidas no item 8.15 do Termo de Referência, ANEXO I deste edital.

24. DO PRAZO DE VIGÊNCIA E DE EXECUÇÃO

24.1 Os prazos relativos à vigência e execução do contrato oriundos deste certame, estão estabelecidos no item 10 do Termo de Referência, ANEXO I deste edital.

25. DA ACEITAÇÃO DO OBJETO E DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

25.1. Os critérios de aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no item 11 do Termo de Referência, ANEXO I deste edital.

26. DO LOCAL, PRAZO E CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO

26.1. Os critérios de aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no item 5 do Termo de Referência, ANEXO I deste edital.

27. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

27.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no item 13 do Termo de Referência, ANEXO I deste edital.

28. DA SUBCONTRATAÇÃO

28.1. As previsões relativas à subcontratação do objeto deste certame estão estabelecidas no item 12 do Termo de Referência, ANEXO I deste edital.

29. DO PAGAMENTO

29.1. As condições acerca da realização dos pagamentos decorrentes da execução do contrato deste certame estão estabelecidas no item 8 do Termo de Referência, ANEXO I deste edital.

30. PREVISÃO E JUSTIFICATIVA DA POSSIBILIDADE DE ADESÃO POR ÓRGÃOS E ENTIDADES NÃO PARTICIPANTES E CONDIÇÕES DE ADESÃO

30.1. As regras acerca das Condições de Adesão são as estabelecidas no item 18 do Termo de Referência, ANEXO I deste edital.

31. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

31.1. As regras acerca das penalidades são as estabelecidas no item 15 do Termo de Referência, ANEXO I deste edital.

32. ALTERAÇÕES, ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

32.1. As hipóteses relacionadas à extinção do contrato são aquelas previstas no item 17 do Termo de Referência, ANEXO I deste edital.

33. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

33.1. A presente licitação não importa necessariamente em contratação, podendo a Administração revogá-la, por razões de interesse público, decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante ato escrito e devidamente fundamentado, nos termos do art. 71 e da Lei nº 14.133/2021.

33.2. A anulação do Pregão Eletrônico induz à do contrato.

33.3. As licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito da contratada de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.

33.4. A licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação. A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará a imediata desclassificação da proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido a vencedora, a rescisão do contrato, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

33.5. A participação da licitante neste certame implica a aceitação de todos os termos deste Edital.

33.6. Em caso de divergência entre o Termo de Referência e o Edital de Licitação, prevalece o Termo de Referência, exceto se houver manifestação em contrário da **Agente de Contratação/Pregoeira**, devidamente formalizada.

33.7. Em caso de divergência entre o Sistema e o Edital, prevalece o Edital.

33.8. Em caso de comprovação de que o fornecimento realizado/serviço prestado difere em qualquer aspecto do contratado, a Contratante poderá exigir a correção, sem qualquer ônus para si, e ainda deverá ser ressarcida de quaisquer prejuízos que a má prestação do serviço/fornecimento tenha lhe causado.

33.9. A contratada fica obrigada a manter durante a execução deste instrumento, todas as condições de habilitação e qualificação estipuladas para participação na licitação.

33.10. O **Agente de Contratação/Pregoeira** não se responsabilizará por informações que não lhe forem entregues ou que forem apresentadas em desacordo com o edital.

33.11. A **Agente de Contratação/Pregoeira** poderá, em qualquer fase desta licitação, solicitar parecer(es) técnico(s) ao quadro de pessoal do Município de Caruaru/PE, ou ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas ao Órgão, visando subsidiar a tomada de decisão no âmbito deste certame.

33.12. A Administração Municipal poderá, a qualquer tempo e a seu critério exclusivo, realizar visita in loco, inspeção ou medida equivalente perante à(s) licitante(s) e/ou contratada(s), visando comprovar as instalações físicas, maquinários/equipamentos ou situação concreta da(s) licitante(s) e/ou Contratada(s).

33.13. Os casos omissos neste Edital serão decididos com base na Lei nº 14.133/2021 e demais normas que regem a matéria.

33.14. A data de abertura da sessão pública poderá ser adiada por conveniência da Administração Pública Municipal, sem prejuízo do disposto no art. 55, II, "a" e "b", da Lei n.º 14.133, de 2021.

33.15. O foro para dirimir questões relativas ao presente Edital será o da Comarca de Caruaru/PE, com exclusão de qualquer outro.

33.16. O edital completo será disponibilizado para consulta e cópia na internet no endereço www.gov.br/compras/pt-br, no Portal da Transparência deste Município (<https://caruaru.pe.gov.br/portal-da-transparencia/>), podendo ser requisitado através do e-mail: uceducacao.caruaru@gmail.com, e, ainda, poderá ser consultado e/ou retirado na no Departamento de Licitações e Contratações de Caruaru/PE, localizado na Rua Professor Lourival Vilanova, nº 118 – Universitário, Caruaru/PE, CEP: 55.016-745, no horário das 08h00min às 14h00min.

Caruaru (PE), na data da assinatura eletrônica.

**Ilma Lizandra da Silva Oliveira Guimarães
Agente de Contratação/Pregoeira – UC/EDUCAÇÃO**

ANEXO I

A íntegra do Termo de Referência consta na internet na Plataforma de Compras do Governo Federal (<https://www.gov.br/compras/pt-br>), bem como encontra-se disponibilizado junto ao download do edital no site do Município de Caruaru (<https://avisosdelicitacoes.caruaru.pe.gov.br/>), no Portal da Transparência deste Município (<https://caruaru.pe.gov.br/portal-da-transparencia/>), e ainda no Portal Nacional de Compras Públicas – PNCP (<https://www.gov.br/pncp/pt-br>), podendo ser requisitado através do e-mail: uceduacao.caruaru@gmail.com, e, ainda, poderá ser consultado e/ou retirado no Departamento de Licitações e Contratações de Caruaru/PE, localizado na Rua Professor Lourival Vilanova, nº 118 – Universitário, Caruaru/PE, CEP: 55.016-745, no horário das 08h00min às 14h00min.

ANEXO II

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

AO

MUNICÍPIO DE CARUARU-PE

REF.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00000/2025 – UC-EDUCAÇÃO

OBJETO: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

DATA DE ABERTURA: ____/04/2025, ÀS ____:____ HORAS.

A Empresa, inscrita no CNPJ (MF) n.º, estabelecida no(a)vem, perante este Pregoeira, apresentar a seguinte proposta de preços para o fornecimento do objeto supramencionado, conforme descrição abaixo:

ITEM	PRODUTO / ESPECIFICAÇÃO	APRESENTAÇÃO /UNIDADE	QUANTIDADE	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1						
2						

Valor total da proposta: R\$(valor por extenso)

Validade da proposta: **90 (noventa) dias**, conforme Edital;

Prazo de execução/vigência: **12 (doze) meses**, conforme Edital;

Prazo de entrega do objeto: **72 (setenta e duas) horas, contadas em dias úteis**, conforme Edital;

Declaramos, para os devidos fins, que nos preços cotados estão incluídas todas as despesas diretas e indiretas, inclusive os tributos, taxas, custos com embalagens, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, fretes, e quaisquer outros custos e despesas incidentes sobre o fornecimento.

Declaramos que concordamos com todos os termos do edital.

DADOS PARA PAGAMENTO:

Banco:

Agência:

Conta:

Local,dede 2025.

Assinatura do representante legal da empresa
(identificação/nome/carimbo/etc)

ANEXO III

MODELOS DE DECLARAÇÕES COMPLEMENTARES

AO
MUNICÍPIO DE CARUARU-PE
REF.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00000/2025 – UC-EDUCAÇÃO
OBJETO: XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
DATA DE ABERTURA: ____/04/2025, ÀS ____:____ HORAS.

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, sediada _____, por intermédio do seu representante legal o(a) Sr(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ SDS/_____ e CPF nº _____, sob as penas da lei e para os fins dispostos neste Edital:

DECLARA que cumpriu o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal;

DECLARA que cumpriu as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específica;

DECLARA que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal, bem como no art. 14, inciso VI da Lei nº 14.133/2021.

DECLARA que não há sanções vigentes que legalmente proibam a participante de licitar e/ou contratar com o contratante.

LOCAL E DATA
ASSINATURA

_____, ____ de _____ de 2025.

Nome, Ass. e CNPJ.

Obs: Este documento deverá ser emitido em papel que identifique a licitante.

ANEXO IV

MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Pregão Eletrônico nº 00000/2025 – UC-Educação.

SRP 000/2025 – UC-Educação.

ARP Nº ____/2025 – UC-Educação.

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, QUE ENTRE SI
CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CARUARU POR
INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E
A EMPRESA _____ NOS TERMOS DAS
CLÁUSULAS E CONDIÇÕES ABAIXO ESTIPULADAS:**

O **MUNICÍPIO DE CARUARU** pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 10.091.536/0001-13, por intermédio da **SECRETARIA DE _____**, representada pelo seu secretário Sr. _____, residente em Caruaru/PE, inscrita no CPF/MF sob nº _____ e no Registro Geral/RG sob nº _____, doravante denominada simplesmente **ÓRGÃO GERENCIADOR** considerando o julgamento do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00000/2025 - UC-Educação** para **REGISTRO DE PREÇOS Nº 005/2025 - UC-Educação**, conforme **PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 000/2025 - UC-Educação**; **RESOLVE Registrar os Preços** ofertados pela empresa _____ pessoa jurídica de direito privado (empresa individual), com sede na Rua _____, inscrita no CNPJ _____, aqui representada por seu representante legal _____ (qualificação) doravante denominado simplesmente de **FORNECEDOR REGISTRADO**; atendendo as condições previstas no instrumento convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes as normas constantes da Lei Federal nº 14.133/2021, pelo Decreto Municipal nº 010/2024; pela LC nº 123 de 14 de dezembro de 2006 e suas alterações, o de 2017, e mediante as condições a seguir expostas:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto registrar preços a serem atendidos na contratação de empresa(s) especializada(s) no fornecimento de **GÊNEROS ALIMENTÍCIOS NÃO PERECÍVEIS: CEREAIS**, a fim de atender às necessidades do Fundo Municipal de Saúde/ Secretaria Municipal de Saúde – SMS, do Fundo Municipal de Assistência Social / Secretaria de Assistência Social e Combate à Fome – SAS e da Secretaria de Educação e Esportes – SEDUC, da Prefeitura Municipal de Caruaru (PMC), durante o período de 12 (doze) meses, conforme especificações, exigências e quantidades constantes do Termo de Referência, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

§ 1º. Compete ao **ÓRGÃO GERENCIADOR** a prática de todos os atos de controle e de administração referentes às cláusulas estabelecidas nesta Ata.

§ 2º. A contratação com o FORNECEDOR registrado será formalizada por meio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho, autorização de compra ou outro instrumento hábil.

§ 3º. A existência de preços registrados nesta Ata de Registro de Preços implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, e as demais condições ofertadas na proposta de preços são as que seguem:

ITEM	PRODUTO / ESPECIFICAÇÃO	UND	QNTD	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1						
2						
Valor Total						

§ 1º. No valor registrado estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento do objeto da presente Ata.

§ 2º. Poderá ser concedido o reequilíbrio econômico-financeiro quanto aos preços registrados, nos termos na alínea “d” do inciso II do artigo 124 da Lei nº 14.133, desde que os valores continuem mais vantajosos que os preços praticados no mercado e seja observado o disposto nos parágrafos 3º e 4º da Cláusula Sexta desta Ata.

§ 3º. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos ou no valor máximo das despesas estabelecidas nesta Ata.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. Em atendimento ao disposto no art. 86 da Lei nº 14.133/2021, será permitida a adesão à Ata de Registro de Preços originada deste Termo de Referência, considerando a racionalização dos processos administrativos e a otimização do uso de recursos públicos.

3.2. A possibilidade de adesão justifica-se pela necessidade de garantir eficiência na gestão de compras públicas, permitindo que outros órgãos e entidades interessados usufruam das condições contratuais já estabelecidas. Dessa forma, evita-se a duplicidade de processos licitatórios, promovendo a economicidade, a padronização na aquisição dos gêneros alimentícios e a otimização dos recursos públicos. Além disso, essa medida fortalece o planejamento estratégico da administração, assegurando a continuidade do fornecimento e a ampliação do acesso a condições vantajosas já pactuadas.

3.3. Registre-se que o Tribunal de Contas de Pernambuco, em sessão plenária, sedimentou entendimento quanto à possibilidade de adesão a Ata de Registro de Preços, por outros órgãos e entidades:

É possível haver adesão à ata de registro de preços (carona) de um município gerenciada por órgãos e entidades de outro município, desde que o Sistema de Registro de Preços tenha sido formalizado mediante licitação e sejam observados os limites e requisitos previstos na Lei Federal nº 14.133/2021, com a redação dada pela Lei Federal nº 14.770/2023” (TCE/PE, Acórdão nº 299/2024 – Pleno, Processo TCE-PE nº 23100248-8 (Consulta), Relator: Conselheiro-Substituto Carlos Pimentel)

3.4. As solicitações de adesão deverão ser formalizadas e submetidas à Secretaria de Educação e Esportes, gerenciadora da Ata de Registro de Preços, acompanhadas da justificativa para a adesão, e enviadas por meio dos canais indicados, telefone (81) 3101-0020, ramal do gabinete 1013 e e-mail

educacao@caruaru.g12.br. O pedido será avaliado e, caso autorizado, deverá respeitar os critérios de compatibilidade e planejamento para garantir o equilíbrio do contrato.

- a) A adesão individual de cada órgão ou entidade não participante será limitada a até 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços;
- b) O total de adesões, cumulativamente, não poderá ultrapassar o dobro do quantitativo inicialmente registrado, garantindo-se a viabilidade operacional e financeira do contrato principal.

3.5. O órgão gerenciador se reserva o direito de analisar o impacto das adesões, considerando a garantia de atendimento prioritário às demandas dos órgãos participantes originais, conforme previsto no planejamento da licitação.

4. CLÁUSULA QUARTA - DO ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

4.1. O órgão gerenciador será a **Secretaria Municipal de Educação e Esportes** do Município do Caruaru/PE.

4.2. Os Órgãos relacionados a seguir, são denominados participantes desta Ata de Registro de Preços:

- a) Secretaria Municipal de Saúde - SMS;
- b) Secretaria de Assistência Social e Combate à Fome – SAS.

4.3. A(s) empresa(s) Detentora(s) da Ata de Registro de Preço oriunda deste certame deverá (ão) manter as mesmas condições de qualidade no Fornecimento/Prestação dos serviços, bem como a observância de todas as suas obrigações previstas neste documento, indiscriminadamente, a todos os órgãos participantes deste registro de preços.

5. CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA

5.1. A vigência da presente Ata de Registro de Preços **será de 12 (doze) meses**, contados do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no Plano Nacional de Contratações Públicas – PNCP.

§ 1º. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços poderá ser **prorrogado**, por igual período, desde que comprovada a vantajosidade econômica dos valores registrados e atestado o bom desempenho das detentoras da Ata quanto às obrigações assumidas, conforme art. 84, *caput*, da Lei 14.133/21 e art. 29 do Decreto Municipal nº 035/2024.

§ 2º. A prorrogação da Ata de Registro de Preços poderá importar na renovação dos quantitativos iniciais, nos termos do art. 29, § 3º do Decreto Municipal 035/2024.

§ 3º. Na ocorrência de formalização de contrato, este deverá ser assinado dentro do prazo de validade da Ata de Registro de Preços, sua vigência observará as condições mencionadas no artigo 105 da Lei nº 14.133/21.

§ 4º. Quanto à vigência dos contratos advindos da ARP, o prazo será definido quando do pedido de elaboração do instrumento contratual.

§ 5º. O término do prazo de vigência da Ata de Registro de Preços não implica extinção das obrigações dela decorrentes, ainda em execução.

§ 6º. O contrato derivado desta Ata de Registro de Preços, terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado na forma dos artigos 106 e 107 da Lei Federal 14.133/21.

6. CLÁUSULA SEXTA – REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO E REAJUSTE

6.1. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos materiais/serviços registrados, cabendo ao ÓRGÃO GERENCIADOR promover as negociações junto aos fornecedores, desde que configurada e cabalmente demonstrada qualquer das hipóteses do artigo 124, inciso II, alínea “d”, do artigo 134 da Lei Federal nº 14.133/2021 e do art. 36 do Decreto Municipal nº 010/2024.

§ 1º. Quando o **preço registrado se tornar superior** ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora deverá convocar o fornecedor para negociar a redução dos preços e sua adequação aos praticados pelo mercado, respeitados os seguintes termos:

- I - os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade;
- II - a ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original;
- III - a redução do preço registrado será comunicada pelo ÓRGÃO GERENCIADOR aos órgãos cujos contratos tenham sido formalizados com fundamento no respectivo registro, para avaliarem a necessidade de efetuar a revisão dos preços contratados.

§ 2º. Na hipótese de o **preço de mercado superar** os preços registrados nesta Ata e o FORNECEDOR não puder cumprir com as obrigações nela contidas, ser-lhe-á facultado requerer a revisão dos preços registrados ao ÓRGÃO GERENCIADOR, que poderá:

- I - negociar a elevação do(s) preço(s) dos serviços registrado(s), quanto aos itens cujos custos sofreram majoração, desde que comprovada a ocorrência de força maior, caso fortuito, fato do príncipe ou de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem o cumprimento dos preços primitivamente registrados;
- II - liberar o FORNECEDOR do compromisso assumido, caso a solicitação de negociação ocorra antes do pedido de fornecimento. O FORNECEDOR será liberado sem aplicação de penalidades se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados;
- III - na hipótese do inciso anterior, convocar os demais fornecedores, obedecendo a ordem de classificação no certame que resultou nesta Ata, assegurando igual oportunidade de negociação;
- IV - quando não houver comprovação efetiva do desequilíbrio econômico-financeiro e da existência de fato superveniente, indeferir o pedido de revisão, integral ou parcialmente, hipótese na qual o FORNECEDOR continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na Ata quanto aos itens cuja revisão de preços foi negada, sob pena de cancelamento dos preços e de aplicação das penalidades administrativas.

§ 3º. Ainda que comprovado o desequilíbrio econômico-financeiro decorrente de fato superveniente que prejudique o cumprimento das obrigações contidas na Ata, o ÓRGÃO GERENCIADOR convocará os fornecedores integrantes do cadastro de reserva, respeitada a ordem de classificação, para manifestarem se têm interesse em assumir a execução dos serviços, pelo preço registrado na Ata.

§ 4º. A revisão dos preços registrados só será efetuada pelo ÓRGÃO GERENCIADOR se, cumulativamente, houver deferimento quanto ao pedido de reequilíbrio econômico-financeiro e não houver manifestação por integrantes do cadastro de reserva em assumir a execução dos serviços, pelo preço registrado na Ata.

§ 5º. Na hipótese de cancelamento do registro de preços por solicitação de revisão frustrada, o ÓRGÃO GERENCIADOR poderá convocar os demais fornecedores integrantes do **cadastro de reserva** para manifestarem se têm interesse em assumir a execução dos serviços, pelo preço registrado na Ata.

§ 6º. A solicitação de reequilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulada durante a vigência da Ata de Registro de Preços e antes de eventual prorrogação, sob pena de preclusão do direito à revisão dos preços registrados.

§ 7º. O ÓRGÃO GERENCIADOR terá o prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data do protocolo da solicitação de reequilíbrio econômico-financeiro, para decidir sobre o pedido, admitida a prorrogação motivada, por igual período. Durante o período de análise, o ÓRGÃO GERENCIADOR, mediante solicitação do FORNECEDOR, poderá suspender novas autorizações de consumo ou de adesão à Ata.

§ 8º. Qualquer revisão nos preços registrados deve ser formalizada mediante termo aditivo e requer a apresentação de nova planilha de custos e formação de preço, quando for o caso.

§ 9º. Fica estabelecido como critério de reajustamento dos preços registrados nessa Ata o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, fornecido pela Fundação Getúlio Vargas - FGV, nos termos do artigo 1º, III, do Decreto Estadual nº 52.153/2022, e da Lei Estadual nº 17.555/2021, respeitado o interregno mínimo de um ano contado da data do orçamento estimado constante do ato convocatório da licitação.

§ 10. Em situações excepcionais de flutuação atípica dos preços de mercado, quando a variação do índice adotado implicar reajuste desproporcional, poderá ser negociada entre as partes a adoção de preço compatível.

§ 11. O reajustamento será precedido de requerimento formal do FORNECEDOR, protocolado durante a vigência contratual e respeitada a anualidade. O pedido de reajustamento deverá ser analisado e respondido pelo ÓRGÃO GERENCIADOR no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da instrução completa do requerimento pelo FORNECEDOR, podendo ser formalizado mediante apostilamento.

§ 12. O direito ao reajustamento poderá ser objeto de renúncia expressa, parcial ou integral, bem como de negociação entre as partes.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

7.1. As despesas decorrentes da ata de registro de preços ocorrerão pela fonte de recurso do(s) órgão(s)/entidade(s) participante(s) do sistema de registro de preços, conforme indicadas abaixo:

Unidade Gestora	43008	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CARUARU
Unidade Orçamentária	31002	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CARUARU
Função	10	SAÚDE
Subfunção	302	ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL
Programa	1002	ASSISTÊNCIA DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE HOSPITALAR E AMBULATORIAL
Ação	2. 1023	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE ASSISTÊNCIA DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE HOSP E AMBULATORIAL
Fonte de recurso	151	Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - União
Fonte de recurso	103	Impostos e Transferências Saúde.
Classificação da despesa	3.3.90.30.00	Material de Consumo

11000 - Secretaria de Educação e Esportes

11001 -Secretaria de Educação e Esportes

12.306.1210.2.128 – Suporte as Atividades do Programa Nacional de Alimentação Escolar

3.3.90.30.00 – Material de Consumo

Fonte de Recurso: 101 – Recursos Próprios

Fonte de Recurso: 111 – Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE

Fonte de Recursos: 109 - Recursos do Salário Educação

43 – Secretaria de Assistência Social e Combate a Fome; 34001-SAS; 8.122.801.2.5001- Manutenção das atividades da SAS; 3.3.90.30.00 Material de consumo; Fonte de recursos: 101 – Recursos Próprios;

43 – Fundo Municipal de Assistência Social; 34002-FMAS; 8.122.826.2.5037- Suporte as atividades do FMAS; 3.3.90.30.00 Material de consumo; Fonte de recursos: 101– Recursos Próprios;

43 – Fundo Municipal de Assistência Social; 34002-FMAS; 8.243.803.2.5035 –Suporte às Atividades de Acolhimento Institucional e Familiar para Crianças e Adolescentes; 3.3.90.30.00 – Material de consumo; Fonte de recursos: 125 – Recursos do FNAS; 128 – Transferências dos Fundos Estaduais de Assistência Social; 101 – Recursos Próprios;

43 – Fundo Municipal de Assistência Social; 34002-FMAS; 8.243.803.2.5040 – Suporte aos Serviços de Média Complexidade; 3.3.90.30.00 – Material de consumo; Fonte de recursos: 125 – Recursos do FNAS; 128 – Transferências dos Fundos Estaduais de Assistência Social; 101- Recursos Próprios.

43 – Fundo Municipal de Assistência Social; 34002-FMAS; 8.244.803.2.7012 – Suporte às Atividades de Acolhimento Institucional para Jovens, Adultos, Idosos e Famílias; 3.3.90.30.00 – Material de consumo; Fonte de recursos: 125 – Recursos do FNAS; 128 – Transferências dos Fundos Estaduais de Assistência Social; 101- Recursos Próprios; 116 – Transferência de Convênio Vinculados à Assistência Social;

43 – Fundo Municipal de Assistência Social; 34002-FMAS; 8.244.802.2.5003 Serviço de Proteção e Atendimento Integral a Família – PAIF- desenvolvidos nos CRAS; 3.3.90.30.00 – Material de consumo; Fonte de recursos: 125 – Recursos do FNAS; 128 – Transferências dos Fundos Estaduais de Assistência Social; 101 –Recursos Próprios;

43 – Fundo Municipal de Assistência Social; 34002-FMAS; 8.244.802.2.5039 Manutenção das atividades do SCFV; 3.3.90.30.00 – Material de consumo; Fonte de recursos: 125 – FNAS; 101- Recursos Próprios;

43 – Fundo Municipal de Assistência Social; 34002-FMAS; 8.244.806.2.5059 Suporte as Atividades vinculadas ao Bolsa Família; 3.3.90.30.00 – Material de consumo; Fonte de recursos: 125 – FNAS; 101 – Recursos Próprios;

43 – Fundo Municipal de Assistência Social; 34002-FMAS; 8.306.802.2.7011 – Suporte as Atividades do Programa de Segurança Alimentar e Nutricional; 3.3.90.30.00 – Material de consumo; Fonte de recursos: 125 – Recursos do FNAS; 128 – Transferências dos Fundos Estaduais de Assistência Social; 101- Recursos Próprios. (Cozinha Comunitária)

8. CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

8.1. São obrigações do FORNECEDOR:

- I. Fornecer o objeto no prazo e na forma de entrega estabelecidos neste Termo de Referência e na proposta, com indicações referentes à marca/fabricante, ficando sujeita à multa estabelecida no contrato, bem como às prescrições da Lei das Licitações e Contratos Administrativos, respondendo pelas consequências de sua inobservância total ou parcial;
- II. Manter-se, durante toda a vigência e execução da Ata/contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, com as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Termo de Referência;
- III. Atender ao chamado e/ou à correção do defeito dentro do prazo estabelecido neste instrumento. A Não realização dentro do prazo, a Contratada estará sujeita à multa estabelecida no Contrato;
- IV. Aceitar, nas mesmas condições de sua proposta, os acréscimos ou supressões do fornecimento ora contratado, que porventura se fizerem necessários, a critério da Contratante;
- V. Assumir integral responsabilidade sobre extravios ou danos ocorridos no transporte dos objetos, qualquer que seja sua causa;
- VI. Comunicar, por escrito, à Contratante, qualquer fato extraordinário ou anormal que ocorrer no fornecimento do objeto contratado;
- VII. Arcar com todas as despesas decorrentes de uma eventual substituição do objeto, em caso de reposição do mesmo;
- VIII. Prestar esclarecimentos ao Contratante, quando solicitado, no que for referente à entrega e a quaisquer ocorrências relacionadas aos produtos;
- IX. Assumir integral responsabilidade pelos danos eventuais causados à contratante ou a terceiros no fornecimento ora ajustado, não excluindo ou reduzindo tal responsabilidade à fiscalização ou acompanhamento realizado pela Contratante;
- X. Assumir responsabilidade por todos os gastos com encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o MUNICÍPIO;
- XI. Responsabilizar-se por todos os encargos fiscais e comerciais resultantes da contratação;
- XII. Responsabilizar-se pelo Transporte do produto objeto do presente termo de referência, e todos os ônus, relativos ao fornecimento, inclusive frete, desde a origem até sua entrega no local de destino, bem como cumprir, as normas adequadas relativas ao transporte do produto objeto do presente termo;
- XIII. Entregar o produto acondicionado de forma adequada garantindo sua integridade física;
- XIV. Responsabilizar-se por quaisquer multas ou despesas de qualquer natureza em decorrência de descumprimento de qualquer cláusula ou condição do contrato, dispositivo legal ou regulamento, por sua parte;
- XV. Observar rigorosamente todas as especificações gerais, que originou esta contratação e de sua proposta;
- XVI. Manter número telefônico e e-mail atualizados de escritório ou firma para contato e intermediação junto a contratante.

9. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

9.1. São obrigações do ÓRGÃO GERENCIADOR:

- I. Receber o objeto nas condições estabelecidas no Termo de Referência;
- II. Verificar a conformidade dos bens recebidos com as especificações constantes no Termo de Referência e da proposta para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- III. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- IV. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada através de servidor responsável designado;
- V. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Termo de Referência;
- VI. Fornecer atestado de capacidade técnica quando solicitado, desde que atendidas às obrigações contratuais;
- VII. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculadas à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DAS PENALIDADES

10.1. Comete infração administrativa, nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133/2021, o PROPONENTE e o CONTRATADO que:

- I. Der causa à inexecução parcial do contrato;
- II. Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III. Der causa à inexecução total do contrato;
- IV. Deixar de entregar a documentação exigida para a dispensa;
- V. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da dispensa sem motivo justificado;
- VIII. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para a dispensa ou prestar declaração falsa durante a dispensa ou a execução do contrato;
- IX. Fraudar a dispensa ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores/prestadores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances.
- XII. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da dispensa;
- XIII. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- XIV. O PROPONENTE e o CONTRATADO que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem anterior ficarão sujeitos, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
 - A. Advertência pela falta do subitem “I” desta contratação direta, quando não se justificara imposição de penalidade mais grave;
 - B. Multa de 10% (dez por cento) ART. 156 §3º da Lei nº 14.133/21 sobre o valor do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor/prestador, por qualquer das infrações dos subitens “I ao XII”;
 - C. Impedimento de licitar e contratar com o Município pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens II a VII, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;
 - D. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo

prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens VIII a XII, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave.

10.2. Na aplicação das sanções serão considerados:

- 9.2.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;
- 9.2.2. As peculiaridades do caso concreto;
- 9.2.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 9.2.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

10.3. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

10.4. A aplicação das sanções, em hipótese alguma, exime a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

10.5. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

10.6. Havendo indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 (Lei Anticorrupção) como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente para apuração da conduta típica em questão.

10.7. Nenhuma penalidade será aplicada sem o devido Processo Administrativo de Aplicação de Penalidade - PAAP, que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/prestador, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133/2021.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

11.1. O registro do FORNECEDOR será cancelado quando ele:

- I - descumprir de forma injustificada às condições da Ata de Registro de Preços ou do instrumento de contratação dela decorrente;
- II - não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;
- III - sofrer as sanções de impedimento de licitar e contratar, quando aplicada pelo Município de Caruaru-PE, e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, nos termos dos incisos III e IV do artigo 156 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021;
- IV - não aceitar o preço revisado pelo ÓRGÃO GERENCIADOR;
- V - passar por alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura que restrinja sua capacidade de cumprir as condições da Ata de Registro de Preços;
- VI - decretar falência ou insolvência civil, bem como se houver dissolução da sociedade ou falecimento do fornecedor.

§ 1º. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos incisos I e III será formalizado por despacho do Secretário do ÓRGÃO GERENCIADOR, assegurados o contraditório e a ampla defesa, consoante disposto no art. 39 do Decreto Municipal nº 010/2024.

§ 2. A extinção do registro do FORNECEDOR não afeta os registros dos demais fornecedores registrados na Ata.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1. A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada, desde que formalmente explicitadas nos autos do processo e assegurados o contraditório e a ampla defesa, diante das seguintes situações:

- I - caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução dos serviços;
- II - razões de interesse público, justificadas pelo Secretário do ÓRGÃO GERENCIADOR.

§ 1º. O FORNECEDOR será notificado para apresentar defesa no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, a contar do recebimento da comunicação acerca do cancelamento.

§ 2º. A notificação a que se refere o parágrafo anterior poderá ser promovida por meio eletrônico ou outro meio hábil, nos termos do art. 39, § 1º, do Decreto Municipal nº 010/2024.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

13.1. A gestão e fiscalização da Ata de Registro de Preços será realizada pelos servidores abaixo designados:

ÓRGÃO	FISCAL, GESTOR E SUPLENTE
SECRETARIA DE SAÚDE – SMS	FISCAL TITULAR NOME: Renata Regina da Silva Melo CARGO/FUNÇÃO: Coordenadora de Nutrição e Dietética - Atenção Especializada MATRÍCULA: 17.988-3
	FISCAL SUPLENTE NOME: Paula Fernanda Cordeiro CARGO/FUNÇÃO: Nutricionista MATRÍCULA: 18.073-8
	GESTOR TITULAR NOME: Raffaello Sanzio de Freitas CARGO/FUNÇÃO: Gestor de Contratos e Convênios MATRÍCULA: 56.007-8
	GESTOR SUPLENTE NOME: Antônio Gonçalves da Silva Neto CARGO/FUNÇÃO: Gerente de Processos e Contratos MATRÍCULA: 56.005-0
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO – SEDUC	GESTOR TITULAR NOME: Fabiano Afonso Reis e Silva CARGO/FUNÇÃO: Gerente 2
	GESTOR SUPLENTE NOME: Larissa Alda Silva Nascimento CARGO/FUNÇÃO: Gerente 1
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E COMBATE À FOME – SAS	FISCAL TITULAR NOME: Djavan Emmanuel da Silva CARGO/FUNÇÃO: Assessor Técnico
	GESTOR TITULAR NOME: Paulo Augusto Santos Silva MATRÍCULA: 55.998-8

	GESTOR SUPLENTE
	NOME: Priscila Dolores Sales de Azevedo, CPF nº 078.***.***-07
	FISCAL TITULAR
	NOME: Elizabeth Regina da Silva MATRÍCULA: 52.660-7
	FISCAL SUPLENTE
	NOME: Ligivânia dos Santos, CPF nº 025.***.***-23

13.2. O Gestor e o Fiscal, inclusive os suplentes, assinarão o Termo de Ciência e Responsabilidade do Servidor Designado, conforme estabelecido no Anexo IV da Instrução Normativa nº 002, de 14 de julho de 2023, aprovada pelo Decreto nº 050/2023.

13.3. As atribuições e responsabilidades dos Gestores e Fiscais dos Contratos se encontram pormenorizadas, respectivamente, no disposto nos arts. 16 e 17 da Instrução Normativa nº 002, que institui procedimentos de fiscalização e acompanhamento quanto à execução dos contratos administrativos perante os Órgãos da Administração Direta e Indireta do Município de Caruaru, aprovada por meio do Decreto nº 50, ambos de 14 de julho de 2023, e são de pleno conhecimento dos profissionais designados.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – COMUNICAÇÕES

14.1. Todas as comunicações entre as partes serão efetuadas por escrito e só assim produzirão seus efeitos.

Parágrafo único. O FORNECEDOR, por meio de endereço de e-mail válido, fornecido na etapa de contratação, compromete-se a receber todo e qualquer tipo de notificação, inclusive para efeitos de sanções ou penalidades, iniciando o prazo para o destinatário a partir da remessa válida pelo ÓRGÃO GERENCIADOR.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PUBLICIDADE DOS ATOS

15.1. Conforme dispõe o art. 28, § 4º, do Decreto Municipal nº 010/2024, os preços registrados na presente Ata, como condição de sua eficácia, serão divulgados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e ficarão disponíveis durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – TOLERÂNCIAS

16.1. Quaisquer tolerâncias entre as partes, observando-se a razoabilidade e o interesse público, não importarão em novação de qualquer uma das cláusulas ou condições estatuídas nesta Ata de Registro de Preços, as quais permanecerão íntegras.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – RESOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS E FORO

17.1. É eleito o Foro da Comarca de Caruaru, Estado de Pernambuco, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo

de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, § 1º, da Lei nº 14.133/2021

E, por estarem justos, e acordados, firmam o presente Contrato em uma única via, disponível para acesso através da plataforma **caruaru.1doc.com.br**

Caruaru (PE), data da assinatura eletrônica.

MUNICÍPIO DE CARUARU/PE
SECRETARIA DE _____
_____ – Secretária
Órgão Gerenciador

MUNICÍPIO DE CARUARU/PE
SECRETARIA DE _____
_____ – Secretária
Órgão Gerenciador

MUNICÍPIO DE CARUARU/PE
SECRETARIA DE _____
_____ – Secretária
Órgão Gerenciador

(inserir razão social da empresa)
(inserir representante legal da empresa)
Fornecedor Registrado

ANEXO V

MINUTA DE CONTRATO

Processo Administrativo nº 025/2025 – UC-Educação.

Pregão Eletrônico nº 90020/2025 – UC-Educação.

Contrato nº ____/2025.

**TERMO DE CONTRATO DE QUE ENTRE SI CELEBRAM
O MUNICÍPIO DE CARUARU POR INTERMÉDIO DA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E A
EMPRESA _____ NOS TERMOS DAS CLÁUSULAS
E CONDIÇÕES ABAIXO ESTIPULADAS:**

Pelo presente instrumento, que entre si firmam, o **MUNICÍPIO DE CARUARU**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 10.091.536/0001-13, doravante denominado **CONTRATANTE**, através da **SECRETARIA DE *******, neste ato, representado pelo(a) Secretário(a), *********, e de outro lado, na qualidade de **CONTRATADA**, a Empresa _____, inscrita no CNPJ (MF) sob o Nº ____, com sede _____, na cidade de ____, Estado de ____, neste ato representada por seu sócio – gerente, Sr. ____, no final subscrito, têm entre si justo e avençado o presente instrumento contratual, de acordo como Processo Licitatório realizado sob a modalidade **Pregão Eletrônico 90020/2025, Processo 025/2025 – UC/E** e, ainda, de acordo com a proposta de preços da CONTRATADA, mediante as seguintes cláusulas e condições que mutuamente outorgam, aceitam e se obrigam a fielmente cumprir, por si e seus sucessores, com observância das disposições contidas na Lei Federal n.º 14.133/2021 e demais normas aplicáveis, sujeitando-se às normas dos supramencionados diplomas legais, aplicando-se os preceitos de direito público e, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

1.1. O objeto do presente Contrato é a contratação de empresa(s) especializada(s) no fornecimento de **GÊNEROS ALIMENTÍCIOS NÃO PERECÍVEIS: CEREAIS**, a fim de atender às necessidades do Fundo Municipal de Saúde/ Secretaria Municipal de Saúde – SMS, do Fundo Municipal de Assistência Social / Secretaria de Assistência Social e Combate à Fome – SAS e da Secretaria de Educação e Esportes – SEDUC, da Prefeitura Municipal de Caruaru (PMC), durante o período de 12 (doze) meses, conforme especificações, exigências e quantidades constantes do Termo de Referência, anexo ao Edital, sendo parte integrante do mesmo, independente de transcrição.

§ 1º - O objeto deverá ser entregue, **parceladamente**, pela(s) contratada(s), por sua conta, risco e expensas, nas quantidades solicitadas pela SEDUC/PMC, através de Ordem de Fornecimento, no seguinte local: RUA BARÃO DE PORTO SEGURO n.º 180. BAIRRO: MAURÍCIO DE NASSAU – CARUARU/PE, CEP: 55012-030.

§ 2º - Os quantitativos indicados são estimativos podendo a SEDUC de Caruaru/PE executá-lo no todo ou em parte conforme necessidade de consumo e capacidade de armazenamento gerenciada pela Secretaria demandante, respeitados os limites legais de redução e acréscimo.

1. CLÁUSULA SEGUNDA – DOS PRAZOS

5.1 Os gêneros alimentícios deverão ser entregues, no horário de 08h às 13h, de acordo com a periodicidade determinada por cada secretaria, conforme ordem de fornecimento, em até **72 horas, contadas em dias úteis**, a

partir do recebimento da Ordem de fornecimento, a qual será emitida pelo Departamento responsável de cada demandante, por meio eletrônico, para atendimento aos locais indicados para entrega;

5.2 Os locais de entrega estão discriminados, por órgão e/ou entidade, conforme anexo II;

5.3 Fica a critério do(s) licitante(s) a realização antecipada da visita para prévio conhecimento dos locais de entrega;

5.4 O objeto desta contratação deverá ser entregue, parceladamente, pelas empresas licitantes vencedoras, por sua conta, risco e expensas, nas quantidades solicitadas, pelos órgãos e entidades participantes, de acordo com suas necessidades;

5.5 Os produtos deverão ser entregues acondicionados em suas embalagens originais lacradas, de forma a permitir completa segurança quanto a sua originalidade e integridade, e devem estar acondicionados e embalados conforme praxe do fabricante, protegendo o produto durante o transporte e armazenamento, com indicação do material contido, volume, data de fabricação, fabricante, procedência, transportados em veículos com temperatura controlada (entre 18°C e 25°C), bem como demais informações exigidas na legislação em vigor;

5.6. A(s) Contratada(s) ficará(ão) obrigada(s) a trocar(em) o(s) produto(s) que vier(em) a ser(em) recusado(s) por não atender(em) à(s) especificação(ões) deste Termo de Referência, sem que isto acarrete qualquer ônus à administração ou importe na relevância das sanções previstas na legislação vigente. O prazo para entrega do(s) novo(s) produto(s) será de até 48 (quarenta e oito) horas contadas em dias úteis, a partir da notificação à contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades;

5.7. O fornecedor compromete-se a substituir ou repor o produto quando:

5.7.1. Houver na entrega embalagens danificadas, defeituosas ou inadequadas que exponham o produto à contaminação e/ou deterioração;

5.7.2. O produto não atender as legislações sanitárias em vigor, bem como outros referentes ao produto em questão;

5.7.3. Houver na entrega produtos deteriorados ou impróprios para o consumo;

5.7.4 O produto não estiver de acordo com as características gerais, organolépticas e microbiológicas solicitadas neste Termo de Referência e no Edital;

5.7.5 O produto não apresentar condições adequadas quanto ao sabor, odor, cor, textura e aspecto dentro do prazo de validade.

5.7.6 O produto apresentar temperatura superior ao estabelecido nas Especificações no ato da entrega.

5.8 No caso de suspeita quanto às especificações técnicas e à qualidade microbiológica e físico-química dos produtos fornecidos, a Secretaria/Entidade demandante poderá solicitar análise laboratorial do produto suspeito, sendo o ônus de responsabilidade do fornecedor, a fim de que seja verificado o padrão estabelecido no Termo de Referência e Edital;

5.9 Os produtos deverão obedecer às normas da Vigilância Sanitária para entrega de gêneros alimentícios a fim de garantir a integridade do produto até o destino final, de acordo com os quantitativos, a data de validade e o local de entrega informado previamente nas Ordens de Fornecimento;

5.10 Os produtos serão recebidos pelo Departamento de Alimentação/Nutrição de cada órgão/entidade participante, responsável pelo recebimento dos produtos provenientes de suas solicitações, assim como o acompanhamento e fiscalização do contrato para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta de preços;

5.11 Os produtos serão recebidos definitivamente após a verificação da qualidade, de acordo com todas as especificações constantes no item 3, e quantidade, de acordo com a ordem de fornecimento, com conseqüente aceitação, mediante atestado do setor responsável;

5.12 O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

2. CLÁUSULA TERCEIRA - VALOR DO CONTRATO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

2.1. Como contraprestação ao fornecimento do objeto deste acordo, o **Contratante** pagará à **Contratada** o **VALOR TOTAL** de R\$ ____ (____). Destarte a CONTRATADA foi vencedora dos **ITENS** ____ do Processo Licitatório, devendo ater-se as especificações sintéticas, aos quantitativos e preços, conforme disposto na proposta da CONTRATADA, sintetizada na tabela abaixo, posto que são os constantes do Certame.

ITEM	PRODUTO E DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
xx	XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX	xxx	xxx	R\$	R\$
VALOR TOTAL					R\$ xx

§ 1º - Os pagamentos serão efetuados mediante crédito em conta-corrente da contratada, por ordem bancária, em até 30 (trinta) dias consecutivos, a contar do recebimento definitivo, quando mantidas as mesmas condições iniciais de habilitação e caso não haja fato impeditivo para o qual tenha concorrido à contratada. A nota fiscal devidamente atestada deverá ser apresentada na Gerência Financeira da SEDUC, situada na Rua Professor Lourival Vila Nova, 118 – Bairro: Universitário – CARUARU/PE.

§ 2º - Ocorrendo atraso no pagamento, desde que para tanto a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, haverá incidência de atualização monetária sobre o valor devido, pela variação acumulada do Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI), publicado pela Fundação Getúlio Vargas.

§ 3º - Não será concedido reajuste ou correção monetária do valor do contrato.

§ 4º - Por ocasião do pagamento a contratada deverá apresentar ainda:

- Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, comprovando regularidade com o FGTS;
- Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal;
- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, expedida pela Justiça do Trabalho, comprovando a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho;
- Prova de regularidade com as Fazendas Estadual e Municipal do domicílio ou sede da contratada

§ 5º - O pagamento será realizado, após a apresentação pela Contratada da nota fiscal devidamente preenchida e indicação do banco, agência e conta bancária da empresa que receberá o valor do objeto.

§ 6º - Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

§ 7º - Nenhum pagamento será efetuado à adjudicatária enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou à atualização monetária.

§ 8º - A nota fiscal que for apresentada com erro, ou observada qualquer circunstância que desaconselhe o pagamento, será devolvida à contratada para correção e nesse caso, o prazo previsto no item 6.3. será interrompido. A contagem do prazo previsto para pagamento será iniciada a partir da respectiva regularização.

§ 9º - Eventuais atrasos nos pagamentos imputáveis à contratada não gerarão direito a qualquer atualização.

§ 10 - A adjudicatária não poderá apresentar nota fiscal/fatura com CNPJ/MF diverso do registrado no Contrato.

§ 11 - Não será concedido reajuste ou correção monetária ao valor do Contrato, exceto quando, após o período de 12 meses iniciais, houver prorrogação de eventual contrato celebrado, hipótese na qual os preços poderão ser reajustados com base no IPCA/IBGE, a requerimento da contratada, apurado desde a data de apresentação da proposta.

§ 12 - Em caso de prorrogação do prazo contratual sem a concessão do reajuste, a Contratada deverá expressar por escrito sua renúncia ao reajuste previsto no §11.

§ 13 - Fica assegurado o reequilíbrio econômico-financeiro inicial do Contrato, mediante a superveniência de fato imprevisível nos termos e forma estabelecida no artigo 124, inciso II, d da Lei 14.133/21 mediante provocação da contratada, cuja pretensão deverá estar suficientemente comprovada através de documento(s).

§ 14 - Ocorrendo atraso no pagamento, e desde que para tanto, a contratada não tenha concorrido de alguma forma; haverá incidência de atualização monetária sobre o valor devido, pela variação acumulada do IPCA/IBGE ocorrida entre a data final prevista para o pagamento e a data de sua efetiva realização.

§ 15 - Eventual solicitação de reequilíbrio econômico-financeiro deverá ser acompanhada de comprovação da superveniência de fato imprevisível ou previsível, porém de consequências incalculáveis, bem como da demonstração analítica de seu impacto nos custos do contrato, e, caso provada, deverá ser formalizada por meio de Termo Aditivo.

§ 16 - Os pagamentos dos valores acima referidos também ficam condicionados à comprovação do recolhimento dos encargos previdenciários pela Contratada.

§ 17 - No valor contratado estão inclusas todas as despesas diretas e indiretas, inclusive os tributos, taxas, custos com embalagens, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, frete, seguro e quaisquer outros custos e despesas que incidam sobre o fornecimento do objeto deste contrato.

§ 18 - Nenhum pagamento será efetuado ao Contratado enquanto estiver pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

3. CLÁUSULA QUARTA - CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1. Todos os valores financeiros a serem pagos, decorrentes do presente contrato, correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

Unidade Gestora	43008	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CARUARU
Unidade Orçamentária	31002	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CARUARU
Função	10	SAÚDE
Subfunção	302	ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL
Programa	1002	ASSISTÊNCIA DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE HOSPITALAR E AMBULATORIAL
Ação	2. 1023	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE ASSISTÊNCIA DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE HOSP E AMBULATORIAL
Fonte de recurso	151	Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde - União
Fonte de recurso	103	Impostos e Transferências Saúde.
Classificação da despesa	3.3.90.30.00	Material de Consumo

11000 - Secretaria de Educação e Esportes
11001 -Secretaria de Educação e Esportes
12.306.1210.2.128 – Suporte as Atividades do Programa Nacional de Alimentação Escolar
3.3.90.30.00 – Material de Consumo
Fonte de Recurso: 101 – Recursos Próprios
Fonte de Recurso: 111 – Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE
Fonte de Recursos: 109 - Recursos do Salário Educação

43 – Secretaria de Assistência Social e Combate a Fome; 34001-SAS; 8.122.801.2.5001- Manutenção das atividades da SAS; 3.3.90.30.00 Material de consumo; Fonte de recursos: 101 – Recursos Próprios;

43 – Fundo Municipal de Assistência Social; 34002-FMAS; 8.122.826.2.5037- Suporte as atividades do FMAS; 3.3.90.30.00 Material de consumo; Fonte de recursos: 101– Recursos Próprios;

43 – Fundo Municipal de Assistência Social; 34002-FMAS; 8.243.803.2.5035 –Suporte às Atividades de Acolhimento Institucional e Familiar para Crianças e Adolescentes; 3.3.90.30.00 – Material de consumo; Fonte de recursos: 125 – Recursos do FNAS; 128 – Transferências dos Fundos Estaduais de Assistência Social; 101 – Recursos Próprios;

43 – Fundo Municipal de Assistência Social; 34002-FMAS; 8.243.803.2.5040 – Suporte aos Serviços de Média Complexidade; 3.3.90.30.00 – Material de consumo; Fonte de recursos: 125 – Recursos do FNAS; 128 – Transferências dos Fundos Estaduais de Assistência Social; 101- Recursos Próprios.

43 – Fundo Municipal de Assistência Social; 34002-FMAS; 8.244.803.2.7012 – Suporte às Atividades de Acolhimento Institucional para Jovens, Adultos, Idosos e Famílias; 3.3.90.30.00 – Material de consumo; Fonte de recursos: 125 – Recursos do FNAS; 128 – Transferências dos Fundos Estaduais de Assistência Social; 101- Recursos Próprios; 116 – Transferência de Convênio Vinculados à Assistência Social;

43 – Fundo Municipal de Assistência Social; 34002-FMAS; 8.244.802.2.5003 Serviço de Proteção e Atendimento Integral a Família – PAIF- desenvolvidos nos CRAS; 3.3.90.30.00 – Material de consumo; Fonte de recursos: 125 – Recursos do FNAS; 128 – Transferências dos Fundos Estaduais de Assistência Social; 101 –Recursos Próprios;

43 – Fundo Municipal de Assistência Social; 34002-FMAS; 8.244.802.2.5039 Manutenção das atividades do SCFV; 3.3.90.30.00 – Material de consumo; Fonte de recursos: 125 – FNAS; 101- Recursos Próprios;

43 – Fundo Municipal de Assistência Social; 34002-FMAS; 8.244.806.2.5059 Suporte as Atividades vinculadas ao Bolsa Família; 3.3.90.30.00 – Material de consumo; Fonte de recursos: 125 – FNAS; 101 – Recursos Próprios;

43 – Fundo Municipal de Assistência Social; 34002-FMAS; 8.306.802.2.7011 – Suporte as Atividades do Programa de Segurança Alimentar e Nutricional; 3.3.90.30.00 – Material de consumo; Fonte de recursos: 125 – Recursos do FNAS; 128 – Transferências dos Fundos Estaduais de Assistência Social; 101- Recursos Próprios. (Cozinha Comunitária)

4. CLÁUSULA QUINTA - RECEBIMENTO/ACEITAÇÃO DO OBJETO

4.1. Os serviços serão recebidos conforme a seguir:

- a) **Provisoriamente:** Os bens serão recebidos provisoriamente no ato da entrega, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência, proposta e no contrato;

- b) **Definitivamente:** Em até 05 (cinco) dias úteis, após o recebimento provisório; mediante “ATESTO” na nota fiscal/fatura; após, a comprovada adequação aos termos da proposta e do contrato, desde que não se verifiquem defeitos ou imperfeições.

5.2. Os produtos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações, quantidades e exigências constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídas no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da notificação a Contratada, às suas custas, sem prejuízo à aplicação de penalidades.

5.3. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

5.4. São de responsabilidade do fornecedor os padrões adequados de segurança e qualidade, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas quando da execução dos serviços.

5.5. Os bens serão recebidos de modo imediato e definitivo, sendo de responsabilidade do fornecedor beneficiário os padrões adequados de segurança e qualidade, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas, que estejam em desconformidade as especificações no Termo de Referência, quando da utilização deles;

5.6. O produto ofertado deverá ser acondicionado conforme praxe do fabricante, garantindo sua total integridade até o uso. Rotulado conforme legislação vigente. O produto ofertado deverá atender aos dispositivos da lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) e às demais legislações vigentes.

5.6.1. As embalagens dos materiais deverão permitir acondicionamento, manuseio e estocagem, sem comprometer a qualidade e durabilidade dos produtos, conforme listagem a ser enviada com os dados da Secretaria de Educação e Esporte de Caruaru, além de terem as seguintes especificações:

- a) Nome da unidade educacional;
- b) Especificação dos conjuntos;
- c) Quantidade de material; e
- d) Ano/Série a que se destina.

5.7. Só serão recebidos materiais cujas marcas confirmem com aquelas constantes das Propostas de Preços. Será facultado a SEDUC, a seu critério, aceitar outras marcas, desde que isso represente vantagem para a Administração.

5.8. Os produtos definidos neste Termo de Referência deverão ser novos e originais, livres de defeitos, imperfeições e outros vícios, em embalagens originais dos fabricantes, adequadas para proteger seu conteúdo contra danos durante o transporte até o local de entrega;

5.9. Os produtos devem possuir garantia mínima de 90 (noventa) dias a contar da data da entrega dos produtos na Secretaria Municipal de Educação;

5.10. Os bens recebidos ficam sujeitos à substituição durante o período de garantia, pela Contratada, caso apresentem defeito;

5.11. A Contratada deverá recolher os produtos para substituição;

5.12. O prazo para substituição do(s) produto(s) será de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data de abertura do chamado;

5.13. A CONTRATADA deve possuir canal de comunicação para abertura dos chamados de garantia, comprometendo-se a manter registros dos mesmos constando a descrição do problema.

5. CLÁUSULA SEXTA - OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO/CONTRATANTE

5.1. As obrigações do CONTRATANTE são aquelas previstas no ITEM 14 do Termo de Referência, ANEXO I deste Edital.

6. CLÁUSULA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1 As obrigações da CONTRATADA são aquelas previstas no ITEM 13 do Termo de Referência, ANEXO I deste Edital.

7. CLÁUSULA OITAVA – DA SUBCONTATAÇÃO

7.1. Não será permitida a subcontratação do objeto deste contrato.

8. CLÁUSULA NONA - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. As regras relativas à apuração e aplicação das sanções administrativas estão previstas no ITEM 15 do Termo de Referência, ANEXO I deste Edital.

9. CLÁUSULA DÉCIMA - DAS HIPÓTESES DE EXTINÇÃO DO CONTRATO

9.1. As hipóteses relacionadas à extinção do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

10. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

10.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, nos termos do art. 125 da Lei nº 14.333, de 2021.

10.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do termo de contrato.

10.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

11. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS AGENTES DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

12.1 Durante a vigência do Contratos, o controle da execução será acompanhado pelos seguintes servidores:

ÓRGÃO	FISCAL, GESTOR E SUPLENTES
SECRETARIA DE SAÚDE – SMS	FISCAL TITULAR NOME: Renata Regina da Silva Melo

	CARGO/FUNÇÃO: Coordenadora de Nutrição e Dietética - Atenção Especializada MATRÍCULA: 17.988-3 FISCAL SUPLENTE NOME: Paula Fernanda Cordeiro CARGO/FUNÇÃO: Nutricionista MATRÍCULA: 18.073-8 GESTOR TITULAR NOME: Raffaello Sanzio de Freitas CARGO/FUNÇÃO: Gestor de Contratos e Convênios MATRÍCULA: 56.007-8 GESTOR SUPLENTE NOME: Antônio Gonçalves da Silva Neto CARGO/FUNÇÃO: Gerente de Processos e Contratos MATRÍCULA: 56.005-0
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO – SEDUC	GESTOR TITULAR NOME: Fabiano Afonso Reis e Silva CARGO/FUNÇÃO: Gerente 2 GESTOR SUPLENTE NOME: Larissa Alda Silva Nascimento CARGO/FUNÇÃO: Gerente 1 FISCAL TITULAR NOME: Djavan Emmanuel da Silva CARGO/FUNÇÃO: Assessor Técnico
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E COMBATE À FOME – SAS	GESTOR TITULAR NOME: Paulo Augusto Santos Silva MATRÍCULA: 55.998-8 GESTOR SUPLENTE NOME: Priscila Dolores Sales de Azevedo, CPF nº 078.**-07 FISCAL TITULAR NOME: Elizabeth Regina da Silva MATRÍCULA: 52.660-7 FISCAL SUPLENTE NOME: Ligivânia dos Santos, CPF nº 025.**-23

12.2. As responsabilidades dos Gestores e Fiscais da ARP/Contrato se encontram pormenorizadas, respectivamente, no disposto nos arts. 16 e 17 da Instrução Normativa nº 002, que institui procedimentos de fiscalização e acompanhamento quanto à execução dos contratos administrativos perante os Órgãos da Administração Direta e Indireta do Município de Caruaru, aprovada por meio do Decreto nº 50, ambos de 14 de julho de 2023 e no Decreto nº 075/2023, de 29 de setembro de 2023, e são de pleno conhecimento dos profissionais designados.

12.3. A fiscalização de que trata este item não exclui, nem reduz a responsabilidade da Adjudicatária, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em co-responsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o Art. 120 da Lei nº 14.133, de 2021.

12. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA TAXA DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS

13.1 Para assinatura deste contrato, a contratada deverá efetuar o pagamento da taxa de serviços administrativos, instituída pelo Código Tributário Municipal, no valor de **R\$ 3,81 (três reais e oitenta e um centavos)**, nos moldes da tabela a seguir:

CONTRATOS COM O MUNICÍPIO (EMISSION, RENOVACÃO E/OU ADITIVOS)	TAXA CORRESPONDENTE
Até R\$ 2.000,00	UFM s 20
De R\$ 2.000,01 até 5.000,00	UFM s 30
De R\$ 5.000,01 até 10.000,00	UFM s 50
De R\$ 10.000,01 até 20.000,00	UFM s 100
De R\$ 20.000,01 até 50.000,00	UFM s 200
De R\$ 50.000,01 até 100.000,00	UFM s 300
De R\$ 100.000,00	UFM s 500

13. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS DESPESAS DO CONTRATO

13.1. Constituirá encargo exclusivo da contratada o pagamento de tributos, tarifas e despesas decorrentes da execução do objeto deste Contrato.

Parágrafo Único: Serão da contratada todas as despesas decorrentes de encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, decorrentes da execução do Contrato, conforme preconizado no art. 121, da Lei Federal nº 14.133/2021.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

14.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

15. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS TOLERÂNCIAS

15.1. Quaisquer tolerâncias entre as partes, observando-se a razoabilidade e o interesse público, não importarão em novação de qualquer uma das cláusulas ou condições estatuídas neste contrato, as quais permanecerão íntegras.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PUBLICIDADE

16.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação do extrato deste instrumento.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1. A documentação técnica referente à obra deverá ser entregue pela CONTRATADA na sede da Prefeitura de Município de Caruaru/PE.

18.2. O CONTRATADO poderá participar das reuniões sobre o andamento da obra, através de um único representante devidamente credenciado.

18.3. A permissividade de subcontratação de serviços acessórios dependerá da prévia autorização expressa do MUNICÍPIO.

19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – RESOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS E FORO

19.1. É eleito o Foro da Comarca de Caruaru, Estado de Pernambuco, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, § 1º, da Lei nº 14.133/2021

E, por estarem justos, e acordados, firmam o presente Contrato em uma única via, disponível para acesso através da plataforma **caruaru.1doc.com.br**

Caruaru (PE), data da assinatura eletrônica.

MUNICÍPIO DE CARUARU/PE
SECRETARIA DE _____
_____ – Secretária
Órgão Gerenciador

MUNICÍPIO DE CARUARU/PE
SECRETARIA DE _____
_____ – Secretária
Órgão Gerenciador

MUNICÍPIO DE CARUARU/PE
SECRETARIA DE _____
_____ – Secretária
Órgão Gerenciador

(inserir razão social da empresa)
(inserir representante legal da empresa)
Fornecedor Registrado



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: B6A6-0AFB-70B1-5EE7

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



ILMA LIZANDRA DA SILVA OLIVEIRA GUIMARAES (CPF 825.XXX.XXX-53) em 03/07/2025 13:25:30
GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://caruaru.1doc.com.br/verificacao/B6A6-0AFB-70B1-5EE7>